

revista

# ENFRENTAMENTO

movimento autogestionário



De toda a riqueza que já produzi nesta vida, só me restou isto que agora se apresentam aos seus olhos.

Quando a terra se torna propriedade e as riquezas pertencem a quem não as produziu, o resultado são estes rostos machucados que aqui podem ver.

E o estado não passa de um comitê para gerir os assuntos dos empresários, latifundiários e exploradores.

Destas mãos derrotadas, destes olhos tristes, destas almas dilaceradas já brotou um mar de riquezas que alhures encheram outras barrigas.

Explorad@s e oprimid@s de todo o mundo, unemo-nos!

Mas soa a hora final da propriedade privada capitalista. Os expropriadores serão expropriados.

# 9

# **EXPEDIENTE**

## **ISSN 1983-1684**

A revista *Enfrentamento* é uma publicação do Movimento Autogestionário. Seu conteúdo está vinculado à perspectiva revolucionária autogestionária e intenta colaborar com a luta das classes e grupos oprimidos de nossa sociedade. O conteúdo dos textos é de responsabilidade exclusiva de quem os assina e não expressa, necessariamente, a concepção do conselho editorial ou do movimento. Textos devem ser enviados para o endereço eletrônico [revistaenfrentamento@yahoo.com.br](mailto:revistaenfrentamento@yahoo.com.br).

Os textos devem ser enviados em preferencialmente formato .rtf, podendo ser em .odt ou .doc, com o máximo de 10 páginas. As margens devem estar formatadas com 2cm. Fonte Times New Roman 12 para corpo do texto, 11 para citações maiores de 3 linhas e 10 para notas. O espaçamento deve ser de 1,5. Citações no corpo do texto devem vir entre aspas e grifo em **negrito**.

O corpo editorial publicará os textos que considerar coerentes com a perspectiva do movimento.

Corpo Editorial  
Hugo Leonnardo Cassimiro  
José Nerivaldo P. da Silva  
Lucas Maia

Projeto gráfico e diagramação  
Hugo Leonnardo Cassimiro



Os retirantes,  
(1944)  
Cândido Portinari  
Coleção MASP

Intervenções na Arte com frases  
inspiradas em Marx por Hugo L.  
Cassimiro e Lucas Maia.

# sumário

editorial	03
proletariado e sindicato na concepção de anton pannekoek edmilson marques	05
burocracia e intelectualidade: a dinâmica da luta de classes no capitalismo mateus vieira ório	17
a importância de antonio labriola para o materialismo histórico nildo viana	27
acumulação capitalista e tendência à lumpemproletarização lisandro braga	42
autogestão social e lutas sociais leonardo venicius parreira proto	58
o início de um ciclo ascendente de lutas e o movimento dos desempregados roi ferreiro	74
uma nota sobre o movimento autogestionário lucas maia	88
documentos do movimento autogestionário partido ou classe? movimento conselhistas	99

## EDITORIAL

Não vamos aqui, nesta rápida introdução, apresentar, como é de praxe, texto por texto. Deixamos a tarefa de conhecer o conteúdo de cada uma das contribuições aqui publicadas ao leitor. Consideramos, todavia, necessário refletir um pouco sobre estes já cinco anos de existência de nossa Revista. A Enfrentamento surge com o propósito claro de expressar de forma rigorosa, as concepções políticas e teóricas do Movimento Autogestionário. Uma análise do conteúdo de todos os números já publicados revela nossa evolução positiva nesta direção. Quem quiser conhecer melhor o Movaut tem à sua disposição um conjunto de textos que expressam bem o que é este Movimento. Naturalmente que autores que não são organicamente ligados ao coletivo podem publicar e já publicaram nesta revista. Mas só o fazem se os textos estiverem em consonância com os princípios, concepções do Movimento autogestionário.

Sendo este o objetivo fulcral de nossa Revista, ou seja, um veículo de expressão teórica de nossas concepções, é também uma ferramenta de divulgação de autores, coletivos, movimentos etc. que já lutaram pela Autogestão Social. Recuperar a obra e memória daqueles que lutaram pela emancipação humana é uma tarefa necessária e a internet contribui muito para isto. Recuperar e divulgar a obra de autores revolucionários não significa entronizá-los e canonizá-los. Pelo contrário, entendemos que a leitura crítica de nossos antecessores nos permite avançar em termos de compreensão do que hoje nos afeta. **O que eles disseram é para nós somente o ponto de partida, nunca a palavra final.**

Também é meta desta revista interpretar e analisar os movimentos históricos empreendidos pela classe trabalhadora ao longo de sua história de lutas. Realizar tal análise partindo da perspectiva do proletariado é uma necessidade urgente, visto as interpretações dominantes geralmente obscurecerem o caráter proletário de um conjunto de movimentos que já alvoreceram nestes poucos séculos de existência da sociedade moderna.

Assim, esperamos sinceramente que os leitores tenham, com mais este número, um conjunto de aportes para a compreensão das tendências revolucionárias, das obras de alguns autores que contribuíram para isto, dos coletivos que lutaram e lutam nesta direção etc. Pois, **diante da barbárie e do tédio da vida moderna, somente o Enfrentamento é realista.**

Conselho Editorial

# PROLETARIADO E SINDICALISMO NA CONCEPÇÃO DE ANTON PANNEKOEK

*edmilson marques\**

\* Professor dos cursos de história e economia da Universidade Estadual de Goiás. Doutorando em história pela Universidade Federal de Goiás.

O proletariado de todo mundo convive com diversas questões que lhe proporciona descontentamento na sociedade. A relação de opressão e exploração estabelecida no seu local de trabalho desponta como a questão principal; é onde diariamente despende um determinado tempo para se dedicar à produção, ao trabalho alienado, penoso e desgastante, em busca de um salário que lhe possibilite a sobrevivência. Com o passar dos anos, depois de muito tempo despendido e muito trabalho realizado, percebeu que a sua situação continuou a mesma, enquanto a de seu patrão alterou-se consideravelmente, ficou mais rico e mais poderoso diante dele. Em determinados períodos, o descontentamento com a forma de trabalho estabelecido no capitalismo provoca uma reação inesperada dos trabalhadores que se levantam diante dos capitalistas exigindo destes melhores salários, jornadas de trabalho mais curtas e melhores condições de trabalho.

Com o desenvolvimento do capitalismo e perante a história da relação do proletariado com os capitalistas, as classes exploradas perceberam que aquelas exigências (melhores salários, jornadas mais curtas de trabalho e melhores condições de trabalho) embora sejam uma forma de luta contra o capitalismo, acabam sendo um limite intransponível da situação de classe que a mantém como classe explorada nesta sociedade, caso mantenha estes como únicos objetivos a serem atingidos. É quando tomam para si a tarefa fundamental de se unirem e lutarem pela transformação do modo de produção capitalista, da sociedade capitalista, no sentido de colocar em seu lugar um modo de produção gerido pelos próprios trabalhadores, objetivando criar assim a sociedade autogerida por eles mesmos, e não mais, lutarem somente pelo



salário, jornadas mais curtas de trabalho e melhores condições de trabalho, mas sim, pelo fim do salário, o fim da jornada de trabalho estabelecida pelo capital e o fim do trabalho estabelecido no modo de produção capitalista.

É através da luta travada contra os capitalistas que a classe operária descobriu as várias formas de organização que lhe serviram de instrumento fundamental para alcançar seus fins. E foi em consequência disso, principalmente em períodos onde esta luta toma um caráter radical e mais claro, quanto à determinação fundamental que a faz emergir, que despontam os teóricos que sistematizaram o processo de avanços e recuos da luta do proletariado e evidenciam o caráter das organizações que surgiram.

Durante a segunda metade do século XIX, Marx e Engels se encarregaram de dedicar aos estudos e reflexões do movimento operário e sistematizá-los para servirem de instrumentos de luta para o proletariado. Depois destes, outros surgiram e seus escritos (de Marx e Engels) se tornaram fundamentais para o avanço teórico do que veio a ser produzido posteriormente a eles. Mas foi acompanhando o desenvolvimento do capitalismo e da luta do proletariado que ocorreu, concomitantemente, o avanço da luta no campo da teoria. Este é o caso da teoria desenvolvida por Anton Pannekoek.

Paul Mattick, seu principal biógrafo, expressou que “a vida de Anton Pannekoek coincide quase inteiramente com a história do movimento operário”. Outros observaram que ele foi um dos principais teóricos revolucionários do século XX. Concordando com estas concepções que apontam a importância das reflexões e o pensamento de Pannekoek para o movimento operário que buscaremos compreender a sua concepção sobre qual a importância dos sindicatos para a luta do proletariado, já que perdura até os dias atuais a idéia de que esta organização representa de fato os interesses das classes exploradas.

Para Pannekoek, o sindicato surge como consequência da luta da

classe proletária, criado para ser o seu instrumento de luta contra os capitalistas, que no seu conjunto enquanto classe é quem mantém o estado de coisas e a exploração existente no capitalismo. A reivindicação de melhores salários, jornadas de trabalho mais curtas e melhores condições de trabalho levou o movimento operário a avançar sobre o capital e exigir deste a efetivação de suas reivindicações. A greve foi a resposta imediata e espontânea proveniente desta reivindicação, e fundamentalmente, o meio, enfim, encontrado pelos trabalhadores para a sua união, para o enfraquecimento do capital, e o meio pelo qual deverá utilizar para colocar fim a esta sociedade criada à imagem e semelhança da burguesia, o capitalismo.

Pannekoek coloca que

Da greve nasce a solidariedade, o sentimento de fraternidade entre camaradas de trabalho o sentimento de união com toda a classe: é a primeira aurora do que será, um dia, o sol da nova sociedade. A ajuda mútua, aparecendo primeiro sob a forma de coletas espontâneas e benévolas, cedo toma a forma durável dum sindicato (PANNEKOEK, 2007, p. 115).

Marx (1981, p. 09) já havia expressado concepção semelhante quando colocou que “os operários se unem para se colocarem em igualdade de condições com o capitalista para o contrato de venda de seu trabalho. Está é a razão (a base lógica) dos sindicatos”.

Como colocamos anteriormente, Pannekoek percebe que os sindicatos surgem como instrumentos de luta da classe operária contra os seus exploradores. Nesse sentido, “os sindicatos revolucionários são o produto do período histórico do pequeno capital, onde os oligopólios ainda não haviam se formado, onde o estado ainda não regularizava a organização sindical etc.” (PANNEKOEK, Apud, MAIA, 2010, p. 31).



O século 19 marca a sua investida sobre o capital e o sindicalismo emerge como resposta à exploração.

Segundo Pannekoek,

Os trabalhadores tiveram de lutar a maior parte do tempo por si mesmos, para que as condições de desenvolvimento do sindicalismo fossem garantidas. Na Inglaterra, foi a campanha revolucionária do cartismo; na Alemanha, meio século mais tarde, a luta da social-democracia, que, impondo o reconhecimento dos direitos sociais dos trabalhadores, lançaram as bases do desenvolvimento dos sindicatos. [...] os trabalhadores já não são mais indivíduos impotentes, obrigados pela fome a vender a sua força de trabalho não importa por que preço. Estão agora protegidos pela força da sua própria solidariedade e cooperação, porque cada sindicalizado não só dá uma parte do seu salário para os seus camaradas, como está pronto a arriscar o seu próprio emprego, na defesa da organização e da comunidade sindical (PANNEKOEK, 2007, p. 115).

Mas Pannekoek percebe que o sindicalismo não consegue por fim à exploração capitalista, à sociedade capitalista. Abolem os piores abusos de exploração e estabelece uma normalização do capitalismo, ou seja, cria normas para a exploração a qual constringe a classe trabalhadora a aceitar o seu estado de explorado e a manutenção e reprodução do capitalismo. Assim, estabelece uma norma para os salários, exigindo que os capitalistas paguem o mínimo necessário para manter as necessidades vitais dos trabalhadores para evitar que sejam empurrados para a fome, para o desespero de procurar por eles próprios e com suas

próprias mãos, resolver os problemas que lhes afligem. Estabelece uma norma para a jornada de trabalho, evitando que os trabalhadores sejam explorados a tal ponto que esgotem suas forças e ainda reservem energia para continuar disposto ao trabalho.

Pannekoek observa ainda que a burocracia estatal, com sua esperteza em criar estratégias para a reprodução do capital, cria uma regulamentação (leis trabalhistas, legislação sindical etc.) que domesticam a organização sindical, transformando-os em mais um órgão para o controle da classe operária.

Nesse sentido ele expressa que

Alguns patrões menos espertos não compreendem isto, mas os seus chefes políticos, mais avisados, sabem muito bem que os sindicatos são um elemento essencial ao capitalismo, e que, sem esta força reguladora que são os sindicatos operários, o poder capitalista não seria completo (PANNEKOEK, 2007, p. 117).

Assim, de instrumento de luta do proletariado contra o capitalismo, os sindicatos são transformados em órgãos do capitalismo para a exploração e controle dos trabalhadores. A partir daí, os próprios capitalistas começam a se organizar em sindicatos patronais.

Pannekoek ressalta que o dinheiro que os sindicatos operários gastam nas greves não se torna páreo contra o poder gigantesco dos sindicatos patronais. Os sindicatos operários começam a temer a luta contra os capitalistas, e para evitar que estes cessem de lhes repassar o dinheiro que os mantêm, fazem concessão e sucumbem ao seu poder. Pannekoek (2007) ressalta que “nas negociações, os delegados têm muitas vezes que aceitar uma degradação das condições de vida para evitar a luta”.

O proletariado, por sua vez, insiste na luta, sabe que só através dela poderá atingir a liberdade, o fim da exploração sofrida no

capitalismo onde é arrancada a sua força de trabalho da qual emerge todo o poder do capital. Inicia então, um desentendimento e conflito entre a classe explorada e os dirigentes sindicais. Estes últimos passam a frear aqueles temendo a reação capitalista, com o objetivo de manter seus privilégios. Aqueles primeiros percebem a direção sindical não mais como órgão de expressão de sua luta, mas sim, um órgão capitalista, a burocracia sindical, um inimigo que desde então, deve ser destruído para alcançar a sua libertação.

Pannekoek coloca que

Estes burocratas sindicais, especialistas, preparam e organizam todas as atividades; ocupam-se das finanças e dispõem do dinheiro em todas as ocasiões; publicam a imprensa sindical, graças a qual podem difundir e impor as suas próprias idéias e pontos de vista pessoais aos restantes filiados (PANNEKOEK, 2007, p. 118).

O autor ainda observa que os sindicatos se transformam cada vez mais em gigantescas organizações, cuja estrutura interna expressa a mesma organização interna do estado, com um corpo burocrático estabelecido em divisões hierárquicas tendo à frente aqueles que decidem e falam por seus subordinados. Não mais tomam decisões levando em consideração as preocupações e problemas inerentes às classes exploradas, mas decidem por eles tendo como referências seus interesses pessoais respeitando a lógica capitalista com a preocupação de não contrariar o patrão nem mesmo o estado, pois, se assim o fizer, corre-se o risco de perder seus privilégios e ser encarado como inimigo. Nesse sentido, prefere a amizade com o capitalista, com o estado, e a inimizade com as classes exploradas.

O sindicalismo, portanto,

Não é uma força proletária e os sindicatos não são organizações operárias e sim burocráticas, neste sentido não é meio nem apoio para a transformação social e muito menos são as instituições da futura sociedade comunista, como pregam anarco-sindicalistas e sindicalistas revolucionários. São instituições burguesas que agrupam mais uma fração da classe social burocrática, a burocracia sindical (VIANA, 2008, p. 64).

Essa transformação essencial que ocorre com a organização sindical tornou-se clara em períodos que a classe trabalhadora avançou sobre o capital, nos momentos de luta acirrada e aberta; períodos que o proletariado coloca em uso seus instrumentos de luta, suas armas; momento também que descobre novas formas e meios de luta e ao mesmo tempo, percebe quais instrumentos já criados ainda serviam para serem utilizados e quais deveriam ser inutilizados. É neste momento que percebe que os sindicatos não mais faziam parte de sua luta e que deveriam ser desprezados como arma da classe trabalhadora, já que se tornou arma da burguesia. Para Pannekoek:

Com o aparecimento da revolução, assim que o proletariado, de membro da sociedade capitalista passa a seu destruidor, o sindicato entra em conflito com o proletariado. O sindicato torna-se legalista, sustentáculo declarado do estado e por ele reconhecido, ou então avança com a palavra de ordem a "reconstrução da economia antes da revolução" quer dizer manutenção do capitalismo (PANNEKOEK, 2010a, p. 01).

A aproximação entre sindicato e estado vai se estreitando de tal forma que a partir de determinado período da sua história não mais é possível perceber diferenças entre organizações sindicais e estado.

A sua forma interna se apresenta como equivalente. Ambos se unem na busca pela manutenção da luta de classes e reprodução do capital. A burocracia partidária se torna presente nas organizações sindicais e estas em determinados momentos se confundem com o próprio partido. Muitos dirigentes sindicais passam a integrar partidos políticos, e seus objetivos passam a ser a luta pelo poder do estado. Isso fica claro quando em momentos de greve, os dirigentes sindicais se aliam à burocracia partidária e em muitos casos aparecem de mãos dadas publicamente em palanques e mesmo nos bastidores das negociações entre grevistas e seus patrões ou entre grevistas e burocracia.

Com isso, todas aquelas reivindicações realizadas pelo sindicato na sua origem – aumento de salário, diminuição da jornada de trabalho e melhorias no trabalho – é revertida no seu contrário; a posição do sindicato na sociedade mudou de lado e suas reivindicações são realizadas tendo em vista os interesses do lado que agora representa, o lado da burguesia. Segundo Pannekoek:

Os chefes das organizações [sindicais], pela força e pela mentira impõem aos trabalhadores o trabalho à peça e o aumento do horário de trabalho: astuciosamente refinado na Inglaterra, onde esta burocracia sindical – da mesma maneira que o governo – dá a impressão de deixar levar contra a sua vontade pelos trabalhadores, enquanto na realidade sabota as suas reivindicações (PANNEKOEK, 2010a, p. 02).

Pannekoek ainda observa que não é alterando o quadro de funcionários e dirigentes dos sindicatos que a sua força contra-revolucionária pode ser enfraquecida e destruída. Isso quer dizer

que a sua essência burocrática, a de representante do capital, não cessará de existir. A falsa proximidade dos dirigentes sindicais com movimentos grevistas se dá por uma questão simples: é preciso garantir o apoio de determinadas frações da classe trabalhadora para continuar sendo o intermediador da sua luta, conseqüentemente, para continuar tendo a primazia de frear o avanço dos trabalhadores e impedi-los de desencadear uma luta aberta e direta com os patrões e o estado.

Os sindicatos se convertem em instrumentos de mediação entre capitalistas e trabalhadores; fazem acordos com os patrões que intencionam os impor aos trabalhadores que resistem. Os chefes aspiram a converter-se em uma parte reconhecida do aparato de poder do capital e o estado que dominam a classe trabalhadora; os sindicatos se convertem em instrumentos do capital monopolista, por intermédio dos quais ditam suas condições aos trabalhadores (PANNEKOEK, 2010b, p. 4).

Nesse sentido, portanto, sem o apoio de uma fração da classe trabalhadora (as mais conservadoras e limitadas em termos de percepção da posição do sindicato), as assembléias e negociações realizadas pelo sindicato em momentos de acirramento da luta são desacreditadas e perdem sua eficácia; sua posição se torna clara diante dos olhos dos trabalhadores, que são constrangidos à cegueira pelos ideólogos da burguesia. Enquanto recebe este apoio consegue uma certa garantia na continuação de sua atividade de intermediar a relação entre capitalistas e a classe trabalhadora, já que, se não o tivesse, seria facilmente deixado de lado numa greve.

Acontece que o proletariado revolucionário foi percebendo no processo de luta esta faceta conservadora dos sindicatos e está



claro que num momento de luta aberta, num período revolucionário, terão que lutar e vencer o próprio sindicato. Pannekoek esclarece esta questão quando afirma que:

A revolução só pode vencer destruindo tal organização, transformando por assim dizer radicalmente a forma da organização, para construir qualquer coisa radicalmente nova: o sistema dos Conselhos. A sua instauração é capaz de extirpar e de eliminar não somente a burocracia estatal, mas também a dos sindicatos. [...] portanto, deve ser substituída por uma outra forma que é revolucionária na medida em que permite aos trabalhadores decidir activamente por si mesmo sobre tudo (PANNEKOEK, 2010a, p. 02).

O proletariado foi tomando consciência, portanto, que a libertação dos grilhões capitalistas só pode ser fruto de sua própria luta, tomando em suas mãos as decisões e o caminho a seguir, mantendo em suas mãos a direção da sua própria luta.

Que pretende dizer com: “manter inteiramente nas suas mãos a direção da sua própria luta” (ou, se preferirmos, dirigir eles próprios os seus assuntos)? Deve entender-se que toda a iniciativa e decisão emanam dos próprios trabalhadores (PANNEKOEK, 2007, p. 122).

Para Pannekoek, o proletariado descobriu através de suas lutas outras organizações que superaram e expressam de fato os seus interesses, e estas só foram descobertas pela necessidade de um instrumento de luta eficaz num momento em que o inimigo se colocava em sua frente impedindo-o de avançar; momento em que não poderia retroceder na luta e seguir lutando e avançando com o

objetivo de superação da exploração e controle que é submetido pelos capitalistas. Portanto, toda forma de organização que não permita aos trabalhadores:

Dominar e dirigir o seu próprio rumo é nociva e contra-revolucionária; por esta razão ela deve ser substituída por uma outra forma de organização que seja revolucionária, por permitir aos próprios operários decidir ativamente sobre todos os problemas (PANNEKOEK, apud GORTER, 1981, p. 31).

Surgem, portanto, os comitês de greve, conselhos de fábrica, de bairro etc., milícias e outras formas de organizações, através das quais emergem os conselhos operários, órgão desenvolvido pelo proletariado que expressa, além de sua capacidade organizacional e criativa, que os sindicatos foram superados e não mais são os instrumentos que lhe possibilite lutar contra o capitalismo.

Enfim, Pannekoek oferece uma ampla, profunda e clara reflexão que nos possibilita perceber a face oculta existente em torno dos sindicatos na atualidade. A partir da sua concepção, observa-se a existência de uma ideologia sindical, através da qual reproduz a idéia de que os sindicatos continuam sendo a expressão mais eficaz da luta dos trabalhadores, e estes devem respeitar e agir conforme suas propostas e determinações. Pannekoek ainda oferece elementos que possibilitam o avanço do movimento operário, quando deixa claro que num momento de radicalização da luta, os trabalhadores deverão avançar e romper com as organizações sindicais, caso queiram de fato atingir seus objetivos, e não deixar que a sua luta seja controlada e dirigida pelos dirigentes sindicais, já que estes representam o interesse do capital.

Pannekoek é, portanto, um importante pensador representante de uma concepção que integrando a história da luta do proletariado

demonstrou de fato estar teoricamente expressando os interesses das classes exploradas; desenvolveu a teoria dos conselhos operários e possibilitou o avanço teórico esclarecendo a face conservadora e contra-revolucionária dos sindicatos.

## referencial

GORTER, Herman. Carta Aberta ao Companheiro Lênin. In: TRAGTENBERG, Maurício. **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MAIA, Lucas. **Comunismo de Conselhos e Autogestão Social**. Pará de Minas: Virtualbooks, 2010.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Sindicalismo**. São Paulo: Ched, 1980.

PANNEKOEK, Anton. **A Revolução dos Trabalhadores**. Santa Catarina: Barba Ruiva, 2007.

PANNEKOEK, Anton. **A Força Contra-Revolucionária dos Sindicatos!**. Disponível em <http://dominiopublico.qprocura.com.br/dp/667/a-forca-contra-revolucionaria-dos-sindicatos.html>, acesso realizado em 21 de dezembro de 2010a.

PANNEKOEK, Anton. **Tesis Sobre La Lucha de La Clase Obrera Contra el Capitalismo**. Disponível em <http://www.left-dis.nl/e/tesis.htm>, acesso realizado em 21 de dezembro de 2010b.

VIANA, Nildo. **Manifesto Autogestionário**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.ntamento@yahoo.com.br

## **BUROCRACIA E INTELECTUALIDADE: a DINÂMICA DA LUTA DE CLASSES NO CAPITALISMO**

*mateus vieira ório\**

\* Estudante do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

A classe potencialmente revolucionária que necessita romper com o modo de produção capitalista – e portanto romper com a divisão em classes sociais bem como com a dominação entre as mesmas – encontra obstáculos variados. Muitos deles impostos por intelectuais e burocratas, dada a influência que estes exercem na dinâmica do modo de produção. Com o avanço tecnológico e o aumento da exploração, cresce o número de trabalhadores que não produzem mais-valor, estes, por terem interesses diferentes dos trabalhadores produtores de mais-valor, exercem sua influência em prol da manutenção de suas prerrogativas as quais são intrínsecas ao capitalismo. Este estudo trata da distinção entre os interesses daqueles que são explorados e os interesses daqueles que possuem autoridade, influência política e privilégios econômicos, como também de mecanismos existentes que atuam de maneira a conter o avanço da luta de classes rumo à igualdade social.

Os movimentos de intervenção social encontram diversas dificuldades em empreender reivindicações que representem mudanças sociais efetivas no que diz respeito a romper com a dominação imposta pela burguesia aos explorados. Estas dificuldades possuem várias origens, desde a disputa de interesses entre as classes sociais, as dificuldades impostas por intelectuais que insistem em conter a radicalização, o poder de imposição que se encontra nas mãos da burocracia, as dificuldades das classes exploradas em ter participação política ativa e o fetiche em torno dos partidos. A incorporação, por parte dos explorados, da ideologia neoliberal, juntamente com os ditames da classe dominante e suas classes auxiliares, atuam no condicionamento de interesses das classes exploradas que passam a defender ou legitimar de maneira

ideologizada as imposições da burguesia.

Compreendendo as dificuldades do movimento operário em adotar estratégias que lhe proporcionem maior êxito, dadas as diversas experiências realizadas no desenvolvimento do modo de produção capitalista, o progressivo aumento da exploração e as artimanhas adotadas pela burguesia para conter a luta operária, falamos então nestas contradições nas reivindicações populares tratando das incoerências das manifestações e as constantes retaliações que sobrepõem os valores ideológicos desta sociedade desigual, enfatizando uma pseudo-liberdade, aos anseios de uma sociedade igualitária onde a liberdade de alguns não implique na escravidão de muitos outros.

No modo de produção capitalista, enquanto alguns trabalham outros desfrutam. A riqueza expressa no “produto nacional líquido” de um país dissimula a fonte deste lucro que são os trabalhadores (MAKHAÏSKY 1981). Enquanto aparece uma produção como comum a todos os habitantes de um país alguns não têm parte na produção, apenas no consumo.

Conforme a modernização do modo de produção capitalista que, através da incorporação de novas tecnologias e da constante divisão e racionalização do trabalho, aumenta a produtividade individual dos trabalhadores, de maneira que o tempo, que no advento da sociedade moderna – onde as condições de trabalho eram bastante piores no que diz respeito à segurança e qualidade de vida dos trabalhadores – um trabalhador produzia determinada quantidade de mercadorias, hoje, com este mesmo tempo, um trabalhador produz muito mais mercadorias. Conclui-se então que o lucro que o capitalista obtém de cada trabalhador passa a ser então bem maior conforme o crescimento das forças produtivas.

E isto significa que atualmente os proletários estão sendo mais explorados, pois mesmo recebendo salários maiores ou ampliando seus direitos (como férias, aposentadoria, limite de horas de trabalho, etc.) o salário ganho atualmente é proporcionalmente

menor em relação à quantidade de capital que o trabalhador produz. Então se antes ele produzia, por exemplo, 100 mercadorias por mês e seu salário mensal equivalia ao valor de 10 mercadorias (10%), hoje ele produz 1000 mercadorias e recebe o valor equivalente a 30 mercadorias que é um valor superior ao anterior, porém proporcionalmente inferior (3%).

Ao invés do aumento das forças produtivas resultar em um consumo maior para toda a sociedade de forma a distribuir o lucro, este mostra-se como um fundo de consumo das classes privilegiadas. O crescimento da exploração proporciona então uma melhor manutenção da chamada sociedade cultivada. Esta sociedade cultivada, nos termos de Makhaisky, compreende os consumidores do “lucro nacional líquido”, que são indivíduos das classes privilegiadas, trabalhadores improdutivos no sentido de que não produzem mais-valor (professores, médicos, juízes, etc.). Estas classes privilegiadas então se apropriam do excedente de mais-valor que é extraído da atividade produtiva daqueles que, na sociedade, produzem as mercadorias, que são elementares no modo capitalista de produção (MARX, 1985).

Deste modo, os membros da sociedade cultivada não são também explorados como afirmam muitos defensores da ideologia da vanguarda presente em vários teóricos ditos marxistas. Aqueles que pregam que os intelectuais vivem somente de sua produção intelectual ignoram o fato de que esta classe não produz mais-valor. Neste sentido, os intelectuais não contribuem para o sustento material da humanidade e são, portanto, uma classe que se beneficia da exploração. O fato de um determinado trabalho ser considerado “penoso” ou “útil” não quer dizer que o respectivo trabalhador esteja sendo explorado, que dele esteja sendo extraído lucro. O avanço do capitalismo mostra-se inseparável do crescimento da sociedade cultivada. Se a contradição entre a modernização das forças produtivas e a pouca abrangência do consumo não leva à ruína o modo de produção capitalista é porque satisfaz interesses reais dos indivíduos destas classes sociais que



passam então a ter um nível de vida burguês (MAKHAÏSKY 1981).

A intelectualidade historicamente ocupa uma posição de status na sociedade. Os intelectuais podem ser entendidos como uma “classe social composta pelos indivíduos dedicados exclusivamente ao trabalho intelectual”. Esta classe que surge com a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, sempre obteve rendimentos acima da classe explorada e sempre esteve ao lado da classe dominante (VIANA 2006).

O saber funcional acumulado, que é maior nas classes privilegiadas, é um instrumento de manipulação poderoso e confere maior eficácia ao discurso. O status dos intelectuais emprega a eles certa autoridade no sentido de que são tidos como indivíduos que possuem um conhecimento mais próximo da verdade, o que lhes dá o poder de hegemonia (VIANA 2003; 2006). Segundo Marx, citado por Viana (2006), “os intelectuais passam a se dedicar ao trabalho intelectual e o produto do seu trabalho é a ideologia”. Uma vez produzida, a ideologia passa a legitimar as relações sociais existentes, naturalizando-as.

A luta do intelectual se dá num sentido de uma partilha “mais justa” do lucro nacional em benefício da sociedade cultivada, exprimindo os privilégios destas classes. Nestes termos, enquanto o proletariado considerar a classe de intelectuais como aliada, a dominação só poderá ser percebida dentro dos limites dos interesses desta classe. E estes interesses se dão no sentido de manter a contradição entre produção e consumo, mantendo os privilégios da sociedade cultivada com o argumento de que alguns indivíduos possuem “melhor disposição” para o trabalho científico, artístico, administrativo, etc. restando aos outros o trabalho manual (MAKHAÏSKI 1981).

Os intelectuais se empreendem em uma luta para uma espécie de redistribuição “mais justa” do que é produzido, mas a este interesse está intrínseco o modo capitalista de produção. A

modificação na distribuição como é proposto por alguns ditos socialistas é nada mais que uma transferência das atribuições que hoje cabem ao mercado para um Estado soberano onde persistem a propriedade individual e a estratificação social em classes, ou seja, reproduz a dominação (MAKHAÏSKI 1981).

O objetivo da luta proletária é o fim desta dominação. Para o movimento operário isso é um ideal e um interesse de classe, uma luta contra a servidão em favor da igualdade e da inexistência de classes objetivando a emancipação do ser humano como um todo.

E, desta forma, o ideal socialista proletário é oposto a este “socialismo” reproduzido por alguns intelectuais que pretendem apenas transformar um capital privado em capital estatal.

Organizações institucionais como sindicatos, partidos políticos, ONGs, entidades de representação estudantil, etc. caracterizam-se de imediato por sua burocratização em que a complexidade dos regimentos, a formalidade e, muitas vezes, a existência de algum constrangimento financeiro (como taxa de mensalidade ou mesmo investimento em formação intelectual) constituem obstáculos para a participação ativa dos proletários.

Organizações burocráticas tem como característica a hierarquização, um legado do sistema capitalista nelas reproduzido, ou seja, há a distinção entre dirigentes e dirigidos. A burocratização advém da idéia de eficiência, uma necessidade das organizações com pretensões políticas nesta democracia. Há um presidente ou um núcleo diretor que compreende indivíduos com condições de atuar de maneira mais ativa e, conseqüentemente, condições de ter hegemonia. Além do quê, o indivíduo proletário, devido ao cansaço, falta de tempo e à menor formação intelectual, acaba tendo menos condições de participar ativamente de uma organização política.

Outro fator determinante para os objetivos destas organizações é a origem dos recursos que as financiam, podendo ser de empresários, igrejas, ou do próprio governo, o que ocasiona em uma convergência para os objetivos do patrocinador (VIANA 2003).

Os indivíduos das classes exploradas, que não possuem condições de se inserir no núcleo de decisão, acabam auxiliando as diretorias destas organizações a alcançarem seus interesses, pois os proletários tendo interesses condicionados pelos interesses dos diretores acabam legitimando as decisões impostas de cima. A aglomeração de pessoas favorece os interesses do grupo intelectual que as está “guiando” por conferir a eles maior legitimidade. Os governantes são, deste modo, indivíduos em possibilidade de exercer seus interesses legitimados pelo voto popular (VIANA 2003).

Os indivíduos que, dentro de uma organização, conseguem status por demonstrarem maior saber funcional acabam se distanciando dos demais e, ao atingirem cargos distintivos dentro da organização, assumem a posição de burocratas. A crescente burocratização institui vínculos formais e imperativos que criam novas relações sociais estabelecendo a burocracia como uma classe social. Os dirigentes das organizações institucionalizadas acabam possuindo interesses divergentes aos dos demais integrantes do grupo pelo fato de estarem situados na burocracia e assim conservando os interesses referentes a esta classe.

Quando um candidato assume o poder ou quando um indivíduo adquire um cargo da burocracia estatal por meio de concurso, este sujeito passa a constituir a classe dos burocratas e, por este motivo, ele representa esta classe. Por isso é uma ilusão acreditar que um candidato eleito irá representar os interesses de operários, camponeses ou outra classe que não a dominante, dado que a burocracia é uma classe auxiliar à classe dominante e os imperativos desta posição se fazem valer pela constante reafirmação da eficiência e pela imposição empresarial. Um representante da burocracia estatal é incumbido de reproduzir as relações hierárquicas que se supõem serem mais eficientes ao desenvolvimento econômico esperado. A referida ilusão constitui a ideologia da

representação (VIANA 2003) que motiva os diversos partidos políticos a adotarem discursos que preguem a defesa dos interesses da pluralidade de classes sociais.

À maneira da Revolução Francesa – quando a burguesia que, tendo conquistado seus interesses, torna-se reacionária (por temer a radicalização do movimento proletário) e alia-se à nobreza (HOBSBAWM 1988) – assim também, em um movimento de intervenção social, os intelectuais e burocratas ao terem conquistado seus interesses – na maioria das vezes meramente reformistas dada sua posição de classe – tendem a conter as reivindicações temendo a radicalização do movimento, que significaria por em risco os privilégios de sua posição distintiva. Para um gerente de produção é mais interessante que o movimento operário ganhe somente um aumento salarial ao invés de ocupar a fábrica e promover uma greve de ocupação ativa, pois tal maneira de proceder o deixaria ao nível dos trabalhadores comuns. Tudo isso faz com que aqueles que possuem algum privilégio proclamem, desde o início, objetivos limitados.

Estes objetivos podem ser a conquista de alguma melhoria subsidiária, alguma melhoria para a classe ou um grupo específico de indivíduos, pode ser simplesmente um interesse de divulgação eleitoral, ou ainda, os interesses, quaisquer que sejam, podem ser também suprimidos pelo recuo da movimentação em prol do ganho ou perda de indivíduos que porventura receberam ou perceberam alguma proposta que os motiva a recuar, por exemplo: o aumento do salário ou promoção de alguma liderança do movimento ou mesmo a ameaça de demissão ou corte de salário.

Na mesma linha de condicionamento de interesses estão as várias palestras motivacionais, proferidas por intelectuais nas empresas, que já são comuns no dia-a-dia do operário e tem o objetivo de destituí-lo de idéias que contrariem os interesses do patrão, incentivando os trabalhadores a serem “racionais” de acordo com os valores neoliberais. Estas palestras, bem como os inúmeros

livros de auto-ajuda estampados nas fachadas das livrarias, tem o objetivo de manter o foco dos trabalhadores apenas no trabalho obstinado, idealizando este como meio único de chegar à felicidade que representa a ascensão social, melhor poder aquisitivo; abrindo portas para melhores relações sociais, maiores oportunidades; enfatizando até mesmo que um indivíduo que trabalha “duro” tem a possibilidade de trabalhar mais tranquilamente no futuro e até de ter empregados em decorrência do novo leque de possibilidades que a sociedade moderna neoliberal possibilita a todos aqueles que são esforçados em atingir seus objetivos.

Estes indivíduos obstinados passam então a incorporar a ideologia do neoliberalismo e não se reconhecem como indivíduos de uma classe que é explorada por este sistema. Seus objetivos passam a ser então a mobilidade de classe, o acesso a algum lugar privilegiado em que não haja sofrimento. E com isso a conduta revolucionária aparece como um desvio da conduta obstinada caracterizando-se como perda do foco principal que é a ascensão social.

Inúmeras dificuldades dos movimentos surgem devido à incorporação da ideologia burguesa e da fetichização dos partidos. Em primeiro lugar, os indivíduos percebem suas motivações e possibilidades dentro dos valores burgueses, ou seja, ao invés de fazer a crítica eles incorporam estes valores e a partir deles constroem seus objetivos. Esta falsa consciência aparece então como uma camisa de força ideológica que possui a função de condicionar os interesses dos indivíduos.

Em segundo lugar, os indivíduos apenas vêem possibilidades de participação política através dos partidos: quando se pensa em empreender algum movimento político pensa-se automaticamente em fazer isso via partido político institucionalizado. Então muitas pessoas procuram os partidos políticos buscando a efetivação de seus interesses. Porém, o partido tem seus próprios interesses que são expressão dos interesses dos dirigentes dos partidos. Tanto partidos

políticos como sindicatos, entidades de representação estudantil, ONGs, etc. atuam como aglutinadores de indivíduos interessados na mudança social. Porém isto acaba beneficiando a instituição em nome de seus dirigentes (VIANA 2003)

A transformação para Marx advém da autogestão social. O partido que atrapalha deve ser combatido, pois é impossível caminhar com pessoas que tendam a suprimir a luta de classes. As organizações institucionais acabam por dirigir o movimento ao invés de desenvolvê-lo (VIANA 2003). “O objetivo da luta proletária internacional é a supressão da base de dominação moderna [...]” (MAKHAÏSKI, 1981) e muitas organizações caem no erro de assumirem uma perspectiva que não a do proletariado e neste sentido é uma perspectiva limitada, não revolucionária e, no máximo, paliativa.

A organização em instituições apenas reforça o regime capitalista, pois as instituições caminham nas regras por ele formadas e assim ajudam a legitimá-lo. Então quando um movimento de esquerda conquista algum cargo da burocracia estatal por meio de partido político, a tendência é o desencanto de seus membros com a mudança social, pois são obrigados a se enquadrar às regras impostas pelo sistema. A perspectiva do proletariado, que é uma perspectiva anti-ideologizante, vai contra a perspectiva dos intelectuais de redistribuição porque a esta está intrínseco a ideologia hierarquizante do talento, que confere legitimidade à dominação daqueles que possuem o saber funcional. A emancipação das classes exploradas então, tal como já dizia Marx citado por Viana (2003), só pode ser obra da própria classe explorada, que nos termos aqui expostos é o conjunto de trabalhadores produtores de mais-valor.

As contradições existentes em meio às manifestações populares só podem ser superadas por meio do avanço da luta de classes. Os intelectuais que, contrariando os imperativos de sua classe, ultrapassam a barreira dos interesses individuais assumindo uma



postura crítica na perspectiva revolucionária, podem desenvolver teoricamente a consciência de classe do proletariado articulando-a num universo conceitual, acrescentando novos conceitos e relações conforme o desenvolvimento de novas experiências de luta. Sendo todas as diversas concepções políticas perpassadas pelo caráter de classe, o marxismo é (e deve ser unicamente) “a expressão teórica do movimento operário” (KORSCH, 2008; VIANA, 2008).

## referencial

HOBBSAWM, Eric J. **A Revolução Francesa** in: A Era das Revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KORSCH, Karl. Estado Atual do Problema (Anticrítica) in: **Marxismo e Filosofia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

MAKHAÏSKY , Jan W. Socialismo de Estado in: TRAGTENBERG, M. (org.). **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Marx, Karl. A Mercadoria in: **O Capital**, livro 1, v.1. São Paulo: Nova Cultural. 1985.

VIANA, Nildo S. A Intelectualidade como Classe Social in: **Espaço Acadêmico**. n. 63. Sine loco, 2006.

\_\_\_\_\_. **O Que É Marxismo?** Rio de Janeiro: Elo, 2008.

\_\_\_\_\_ **O Que São Partidos Políticos?** Goiânia: Germinal, 2003.

Este trabalho foi escrito para comunicação no I Simpósio Nacional Marxismo Libertário: Perspectivas e Tendências da Autogestão Social a se realizar nos dias 9, 10 e 11 de junho de 2010 na Universidade Federal de Goiás no seminário temático 06, dia 09 de junho de 2010, “Os intelectuais e Organizações Sociais nas Sociedades Capitalistas”. O trabalho foi apresentado com o título Anacronismo nas Reivindicações Populares. O título foi modificado em decorrência de sugestões recebidas durante a exposição, principalmente por José Santana da Silva, que atentaram ao emprego do termo “anacronismo”, que devido a sua significação, que remete a acontecimentos em desconformidade com a época em que ocorrem, causava dificuldades de compreensão em de relação ao conteúdo do texto. Para a publicação na revista Enfrentamento foram realizadas algumas modificações no texto, o título atual foi sugerido por Lucas Maia.

# A IMPORTÂNCIA DE ANTÔNIO LABRIOLA PARA O MATERIALISMO HISTÓRICO

*nildo viana\**

\* Professor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás; Doutor em Sociologia pela UnB.

A posição de Antonio Labriola (1843–1904) no interior do marxismo é bastante complexa, embora ele tenha atuado no interior da social-democracia, ele não fazia parte de sua ala reformista, bem como não se aliou às suas incipientes tendências de esquerda (representada por Rosa Luxemburgo na Alemanha, Pannekoek e os tribunistas na Holanda, entre outros). A sua morte antes de se clarear a divisão entre as posições reformistas e revolucionárias acabou dificultando a identificação de seu posicionamento político. A sua crítica à Bernstein e outros representantes do reformismo são um indício de que certamente ele se aliaria ao bloco anti-reformista<sup>1</sup>, sendo que seria difícil delimitar qual corrente no interior deste ele acabaria aderindo.

O processo de adesão de Labriola ao marxismo foi, segundo dizem, lento e reflexivo. A sua correspondência com Engels demonstra suas dúvidas e hesitações. Isto demonstra o caráter reflexivo de tal adesão, bem ao contrário de seu trajeto anterior, período em que seria “muito influenciável pelas modas ideológicas” (SACRISTÁN, 1969), afirmação um tanto exagerada, mas que mostra sua indecisão entre as posições filosóficas existentes. O filósofo e professor Antonio Labriola dedicou a maior parte dos seus escritos ao materialismo histórico, buscando desenvolver um auto-esclarecimento e ao mesmo tempo superar as dificuldades que ele encontrava em tal concepção.

Ele discordava em alguns pontos da dialética engelsiana, que é um dos principais elementos de sua obra e que teve repercussão na obra de Gramsci, e mostra notável coincidência com as obras de Karl Korsch (1977) e com a obra clássica de juventude de

1 Um indício disto, além das críticas a Bernstein e outros, é sua crítica ao “socialismo de Estado”; “É melhor empregar a expressão socialização democrática dos meios de produção do que propriedade coletiva, pois esta implica um certo erro teórico e por isso que, de princípio, esta põe em lugar do fato real econômico a sua representação jurídica e ademais por que no espírito de mais de um, ela se confunde com o aumento dos monopólios, com a estatização crescente dos serviços públicos, e com todas as outras fantasmagorias do socialismo de Estado, sempre renascente, cujo único efeito é aumentar os meios econômicos de opressão nas mãos da classe de opressores” (Labriola, s/d, p. 15).

Lukács (1989). Apesar da maioria dos analistas relacionar Labriola e Gramsci, a proximidade teórica maior dele é com Korsch e o jovem Lukács. Obviamente que os três autores (Gramsci, Korsch, Lukács) são todos posteriores a Labriola, mas produziram suas obras sem leitura de suas obras, tomando conhecimento dela posteriormente, sendo que apenas Gramsci teve contato desde sua juventude com os escritos de Labriola.

Porém, uma leitura rigorosa dos textos de Labriola e Gramsci mostra que este último tinha algumas semelhanças com o primeiro, mas elas foram superestimadas, desconsiderando as diferenças profundas no plano metodológico. Estas interpretações seriam, como diria Labriola, “verbalistas”, pois a partir de determinadas palavras (“filosofia da práxis”, por exemplo) se cria uma identidade que não se encontra em seu conteúdo, mas apenas formalmente. Da mesma forma, o antieconomicismo presente em ambos os autores parecem idênticos se consideramos apenas o nível formal, mas ao entender o fundamento da crítica e o que cada um propõe para superar o economicismo, as diferenças se tornam visíveis. As semelhanças entre Gramsci e Labriola são geralmente exageradas, pois o primeiro apenas se apropria de algumas idéias do segundo, deslocando e alterando o significado. Os autores que tentam colocar um como continuador mais aprofundado do outro (SACRISTÁN, 1969) cometem equívocos de interpretação graves e alguns, apesar de certos equívocos, perceberam isso (VANZULLI, 2008). O vínculo entre Labriola e Gramsci<sup>2</sup> foi prejudicial para a interpretação do primeiro, da mesma forma como ocorreu entre Marx e Lênin.

A concepção de materialismo histórico e dialético de Labriola é bastante semelhante à de Korsch e do Jovem Lukács e bem distante da de Gramsci, representante do idealismo<sup>3</sup>. Assim, para entender a produção intelectual de Labriola é necessário não amarrá-lo às concepções posteriores e sim partir do estudo do processo genético de suas idéias em suas próprias obras, procedimento que ele defendia de forma correta no caso da análise das obras de Marx e Engels. A idéia de autonomia do marxismo,

2 É o que se percebe, por exemplo, da leitura de Sacristán (1969) e outros, que passam a interpretar Labriola a partir de Gramsci e assim realiza uma confusão e se afasta de uma compreensão mais profunda do primeiro.

3 Uma leitura rigorosa (e crítica, ou seja, não dogmática ou fetichista, que pensa que a afirmação no escrito é o real, algo dado e pronto, ao invés de um produto social e histórico, o que significa cair no verbalismo criticado por Labriola, que não ultrapassa a superficialidade e não analisa o processo de gênese e significado dos termos no escrito) de Gramsci mostra sua inversão idealista da concepção marxista, como alguns partidários dele chegaram a reconhecer (Lacasta, 1981).

unidade entre ser e consciência, totalidade, vínculo comunismo-proletariado, entre outros aspectos, mostram as semelhanças entre os escritos de Labriola e as abordagens de Korsch e Lukács.

Sua divergência com as versões predominantes de interpretação do marxismo chegava até as questões terminológicas, pois ele propunha substituir “método dialético” por “método genético” e “marxismo” por “comunismo crítico” (LABRIOLA, s/d). Obviamente que a razão da divergência terminológica residia numa busca de diferenciação do marxismo em relação a outras concepções e, também, diferenciação política entre ele e as demais interpretações, bem como esclarecer a novidade e autonomia do marxismo. Desta forma, Labriola não só pensou o marxismo de forma não-dogmática, questionando Engels, por exemplo, como apresentou teses e análises que contribuem para resgatar elementos do marxismo e abrir caminho para o desenvolvimento do materialismo histórico.

Assim, nada mais natural do que o reconhecimento de Karl Korsch de sua importância para o materialismo histórico:

A importância de Labriola não consiste somente em ser o melhor intérprete do método marxista, particularmente de seus fundamentos metodológicos e filosóficos, e ser ao mesmo tempo um hegeliano radical. Há outras duas razões pelas quais ele é importante: Labriola se coloca em um ponto de vista histórico fundamental. Em certo sentido é o último marxista ortodoxo verdadeiro (KORSCH, 1979, p. 131).

Labriola fornece uma contribuição importante ao desenvolvimento do pensamento marxista ao buscar explicar a “gênese do socialismo moderno”. Ele desenvolveu isto no seu ensaio **Em Memória do Manifesto Comunista** (LABRIOLA, S/d). Segundo ele, o marxismo

não nasce imediatamente com o surgimento do proletariado, mas quando esta classe se torna forte o suficiente para compreender a possibilidade e o sentido da mudança social. Labriola parte da idéia de que o marxismo surge a partir do **Manifesto Comunista**, posição controversa e dificilmente aceitável<sup>4</sup> e que justifica sua concepção do movimento operário fortalecido como gênese deste escrito clássico. A gênese do **Manifesto Comunista** está expressa no próprio **Manifesto**, pois este, ao colocar em evidência que o motor da história é a luta de classes e descrever as fases de ascensão da burguesia e do proletariado, colocando a necessidade de união entre comunistas e proletários, revela o segredo de sua própria origem.

Labriola, em *Ensaio Sobre o Materialismo Histórico*, oferece um questionamento das deformações do marxismo. Ele critica os “verbalistas”, aqueles que buscam explicar o materialismo histórico através da análise das palavras que denominam tal concepção. Os verbalistas unem “materialismo” e “história” derivando a concepção da palavra, retirando-a do contexto e sem se remeter ao seu processo genético na obra de Marx (LABRIOLA, s/d). Eles apresentam uma concepção metafísica de matéria, tal como ela é apresentada no domínio da física, da química e da biologia. Labriola recorda que o materialismo da concepção materialista da história é uma tentativa de reconstituir, no pensamento, a gênese e o desenvolvimento das relações sociais no decorrer dos séculos.

Labriola critica a concepção cientificista do materialismo, que, segundo ele, apenas revela o afastamento em relação ao marxismo. Esta percepção de Labriola é fundamental e se aplica não apenas aos social-reformistas como Bernstein e Kautsky, os alvos de suas críticas, mas também aos seus futuros herdeiros russos (LÊNIN, Stálin, Trotsky), sendo que essa concepção de materialismo será reproduzida por Lênin (1978) e seus seguidores.

A crítica de Labriola ao economicismo remete ao problema da complexidade do método dialético e ao papel da categoria totalidade. Para ele, é insuficiente apresentar o “momento

4 Uma leitura rigorosa (e crítica, ou seja, não dogmática ou fetichista, que pensa que a afirmação no escrito é o real, algo dado e pronto, ao invés de um produto social e histórico, o que significa cair no verbalismo criticado por Labriola, que não ultrapassa a superficialidade e não analisa o processo de gênese e significado dos termos no escrito) de Gramsci mostra sua inversão idealista da concepção marxista, como alguns partidários dele chegaram a reconhecer (Lacasta, 1981).

econômico”, pois a “história deve ser tomada em sua totalidade”, na qual, “o caroço e a casca formam um todo único” (LABRIOLA, s/d). Disto decorre que é preciso explicar, “em última instância”, os fatos históricos pela “estrutura econômica subjacente”. A passagem de tal estrutura ao conjunto dos fatos históricos é feita com a ajuda de um complexus de noções e conhecimentos que constituem as formas de consciência social. A concepção materialista da história é “um método de pesquisa”, um “fio condutor” (Marx) e não um esquema mecânico determinista (LABRIOLA, s/d), posição idêntica a de Karl Korsch (1977). Apesar dos limites terminológicos (“economia” ao invés de modo de produção, por exemplo), a concepção de Labriola expressa uma retomada da radicalidade do materialismo histórico perdida com a emergência da social-democracia.

Ele também, tal como Plekhânov (1989) na Rússia, não esquecendo as diferenças entre ambos, critica a doutrina dos fatores, que pensa uma divisão abstrata entre fatores econômicos, políticos, etc. Labriola opõe a essa concepção restrita, oriunda da ampla gama de fatos existentes e da transformação destes em categorias autônomas, a concepção marxista, que seria uma teoria unitária da concepção materialista da história. Segundo Labriola:

Estes, em outros termos, quero falar dos fatores, nascem no espírito, como uma seqüência da abstração e da generalização dos aspectos imediatos do movimento aparente, e tem um valor igual ao de todos os outros conceitos empíricos. Qualquer que seja o domínio do saber onde nasceram, eles persistem até que sejam reduzidos e eliminados por uma nova experiência, ou que sejam absorvidos por uma concepção mais geral, genética, evolutiva ou dialética (LABRIOLA, s/d, p. 114).



Os fatores, nesta doutrina, são isolados, como se tivessem vida própria, o que provoca a idéia de ação recíproca. Segundo Labriola, “os fatores concorrentes, que a abstração concebe, e isola em seguida, nunca se viu que agissem cada um por si, porque, pelo contrário, eles agem de tal maneira que dá nascimento ao conceito de ação recíproca” (LABRIOLA, s/d, p. 116). Aqui, novamente, se percebe a semelhança entre a concepção de Labriola e a crítica de Korsch e Lukács às ciências particulares. Labriola diz que esta concepção de fatores nasce da abstração e depois se solidifica e isola os fatores, dando nascimentos “às diferentes disciplinas práticas”. Segundo ele:

Ora, com o nascimento e formação de tantas disciplinas, pela inevitável divisão do trabalho, multiplicaram-se além da medida os pontos de vista. É certo que para a análise primeira e imediata dos aspectos múltiplos do complexus social, era necessário um grande trabalho de abstração parcial: o que tem sempre por consequência inevitável pontos de vistas unilaterais. É isto que se pôde constatar, duma maneira mais nítida e mais evidente que para qualquer outro domínio, para o direito e para suas diversas generalizações, aí compreendida a Filosofia do Direito. Em consequência destas abstrações, que são inevitáveis na análise particular e empírica, e pelo efeito da divisão do trabalho, os diversos lados e as manifestações diversas do complexus social foram, de tempos em tempos, fixados e imobilizados em conceitos gerais e categorias. As obras, os efeitos, as emanações, as efusões da atividade humana – direito, formas econômicas, princípios de conduta, etc. – foram como traduzidos e transformados em leis, em imperativos e em princípios, que permaneceriam colocados acima do próprio

homem. E de tempos em tempos se descobriu de novo esta verdade simples: que o único permanente e certo, isto é, o único dado, donde parte e ao que se refere toda disciplina prática particular, são os homens agrupados em uma forma social determinada por meio de laços determinados. As diferentes disciplinas analíticas, que ilustram os fatos que se desenvolvem na história, terminaram por fazer nascer a necessidade duma ciência social comum e geral, que torne possível a unificação dos processos históricos. E a doutrina materialista marca precisamente o termo final, o cimo desta unificação (LABRIOLA, s/d, p. 117).

Aqui Labriola retoma Marx e explicita a crítica da divisão social do trabalho intelectual que caracteriza o pensamento marxista (VIANA, 2007). Claro que alguns problemas de linguagem estão presentes e alguns não se encontravam em Marx assim como não estarão presentes nas abordagens semelhantes de Korsch e Lukács (a expressão “doutrina”, por exemplo, bastante utilizada na época e que hoje é mal vista, com exceção da área do direito). Porém, devido ao isolamento de Labriola nessa época, a sua retomada do verdadeiro sentido do materialismo histórico-dialético é fundamental.

Ele mostra, o que se tornou muito mais comum posteriormente, que uma vez criadas e consolidadas as disciplinas científicas, cria-se o hábito de procurar descobrir suas origens remotas em concepção anteriores:

Tudo é possível para os eruditos, para os rastreadores de temas de teses, para os doutores iluminados. Assim como conseguiram construir a ética de Heródoto, a psicologia de Píndaro, a geologia de Dante, a entomologia de Shakespeare e a pedagogia de

Schopenhauer, assim poderiam a fortiori e com título mais justo escrever sobre a lógica do Capital, e até construir o conjunto da filosofia de Marx, completamente especificada e dividida segundo as sacramentais rubricas da ciência profissional (LABRIOLA, 1969, p. 107).

5 Uma leitura rigorosa (e crítica, ou seja, não dogmática ou fetichista, que pensa que a afirmação no escrito é o real, algo dado e pronto, ao invés de um produto social e histórico, o que significa cair no verbalismo criticado por Labriola, que não ultrapassa a superficialidade e não analisa o processo de gênese e significado dos termos no escrito) de Gramsci mostra sua inversão idealista da concepção marxista, como alguns partidários dele chegaram a reconhecer (Lacasta, 1981).

Labriola não imaginava como isso se tornaria não só uma prática comum como a ideologia dominante, e que seria popularizada pelos manuais das mais variadas ciências específicas, encontrando psicologia, economia, sociologia, etc., na antiguidade, por exemplo. O procedimento é encontrar ciência particular onde esta ainda não existia e forjar seus “precursores” e criar sua “tradição”, à custa da deformação de pensadores que nem imaginavam o tipo de pensamento que surgiria no futuro. Porém, Labriola também foi profético no caso do marxismo, que até mesmo ganhou sua própria lógica, a chamada “lógica dialética”. Não tardou a surgir livros sobre a lógica em **O Capital** e uma grande diversidade de obras sobre “lógica dialética”<sup>5</sup>. Ou seja, ao invés de, como sugeria Labriola, entender o processo genético da teoria de Marx em sua própria organização interna, passou-se a interpretá-lo a partir das ciências particulares, tornando-o um sociólogo, economista, etc., um representante de determinada ciência particular, embora de várias, pois ele não cabia em uma só gaveta das ciências particulares, como disse Korsch (1977).

Labriola destaca a questão das idéias e assim retoma, novamente, o pensamento de Marx. Para ele, “as idéias não caem do céu, e nada nos vem pelo sonho” (LABRIOLA, s/d, p. 122). As idéias são constituídas socialmente e não produção arbitrária, concepção que seria absurda. Ele explicita, nesse momento, sua tese de que a consciência é trabalho:

As idéias não caem do céu, e ainda mais, como todos os outros produtos da atividade humana, elas se formam em dadas circunstâncias, na maturidade precisa dos tempos por ação de necessidades determinadas, graças às tentativas repetidas para satisfazer a estas, e pela descoberta de tais ou tais outros meios de prova, que são como os instrumentos de sua produção e elaboração. Mesmo as idéias supõem um terreno de condições sociais; elas têm sua técnica: o pensamento é, também, uma forma de trabalho. Despojar aquelas e este, ou as idéias e o pensamento, das condições e do meio de seu nascimento e desenvolvimento, é desfigurar-lhes a natureza e a significação (LABRIOLA, s/d, p. 124).

6 Note-se que aqui aparece a tese semelhante à de Rosa Luxemburgo, Karl Korsch e Georg Lukács, da necessidade de aplicação do materialismo histórico a si mesmo (Viana, 2008).

Isso promoveu, entre outras coisas, a prática intelectual de tomar os indivíduos como seres abstratos, separados dos laços históricos e necessidades sociais, procedimento realizado por um processo de abstração particular, e, depois, transformados em categorias abstratas da psicologia individual que serviram para explicar todos os fatos humanos (LABRIOLA, s/d). Isso se aplica ao próprio marxismo, cuja origem está intimamente ligada ao processo das lutas de classes e da emergência da consciência teórica do socialismo, o que o faz explicar a origem de seus próprios princípios, sinal de sua maturidade<sup>6</sup>.

O materialismo histórico, se fundamentando na “necessidade imanente da história”, aponta o desenvolvimento e o futuro da sociedade humana. A passagem da humanidade do reino da necessidade para o reino da liberdade marca a constituição de uma livre associação de seres humanos que controlam seu próprio destino. Labriola destacou a “função revolucionária” do marxismo. O marxismo não faz nem prepara as revoluções, não é o “estado-

maior dos capitães da revolução proletária”. O marxismo forma uma “unidade” com o movimento operário, sendo a “consciência da revolução” e de suas dificuldades. A revolução, por sua vez, é produto de várias lutas e formas de organização. Segundo suas próprias palavras:

O comunismo crítico não fabrica as revoluções, não prepara as insurreições, não arma as sublevações. Forma, certamente, uma coisa única com o movimento proletário, mas vê e apóia esse movimento na plena inteligência da conexão que ele tem – ou pode e deve ter – com o conjunto de todas as relações da vida social. Em suma, não é um seminário onde se forma o estado-maior dos capitães da revolução proletária; mas é apenas a consciência dessa revolução e, sobretudo, em certas contingências, a consciência de suas dificuldades (apud. GERRATANA, 1986, p. 45).

O seu posicionamento o levou a entrar em polêmica com Georges Sorel, Benedetto Croce, Masyrik e Bernstein. Sua polêmica e seu posicionamento têm um sentido claro, pois sua concepção de marxismo, uma das mais avançadas neste período histórico, lhe colocava diretamente contra as simplificações grosseiras da época e contra as tentativas de fusão do marxismo com outras tradições filosóficas (seja com o hegelianismo, tal como se vê em Croce, seja com o kantismo, tal como em Bernstein, entre outros exemplos), pois ele destacava o caráter crítico do marxismo e considerava o método dialético como um “fio condutor” (tal como Karl Korsch na Alemanha afirmará posteriormente) e não como um

modelo ou receita, o que já tinha sido recusado pelos fundadores do marxismo, ao afirmarem que sua concepção de história não é abstrata e modelar, sendo um método de análise e compreensão, princípios analíticos que “de forma alguma dão, como a filosofia, uma receita ou um esquema onde as épocas podem ser enquadradas” (MARX E ENGELS, 1982, p. 38). Além disso, ele defendia a **autonomia intelectual do marxismo**, sendo uma concepção de mundo auto-suficiente e unitária, que não precisa de nenhum complemento de qualquer filosofia ou ciência. Esta tese, entre outras de Labriola, receberá tratamento semelhante e mais aprofundado por Karl Korsch, em **Marxismo e Filosofia** (2008) e por Lukács, em **História e Consciência de Classe** (1989).

A importância de Labriola para o marxismo italiano e, principalmente, para o materialismo histórico, ainda está por ser avaliada. É conhecida a leitura feita de sua obra por Gramsci e outros italianos (desde seu ex-aluno Benedetto Croce até os contemporâneos), porém, nesses casos houve mais uma “apropriação” do que uma leitura rigorosa que expressasse ou aprofundasse suas teses. A herança de Labriola não contou com muitos herdeiros. Isso se deve a diversas determinações, desde o caráter crítico, a singularidade de sua interpretação do materialismo histórico naquele contexto histórico e sua oposição às tendências dominantes de sua época e período posterior, passando pela interpretação dominante do marxismo derivada delas e pela dificuldade de retomar o caráter crítico-revolucionário de sua obra. Por isso, as obras mais próximas de sua abordagem, a de Korsch e Lukács, também sofreram críticas e ostracismo, principalmente o primeiro e o movimento de recuperação é derivado das lutas sociais, tal como no esboço a partir de 1968, após a ascensão das lutas operárias e estudantis, ou então a partir de 1999, com a emergência de novas lutas sociais. Labriola, no entanto, ainda ficaria esquecido até os dias de hoje. Isso é reforçado pela apropriação do seu pensamento na Itália, ao fato de não estar ligado a nenhuma tendência política diretamente, e os elementos já

aludidos acima.

O autor italiano que mais se aproximava de um desdobramento de suas idéias foi Rodolfo Mondolfo, que não só manteve, no caso italiano, uma leitura mais rigorosa de Marx e Engels (1956; 1967; 1964)<sup>7</sup>, como superou e divergiu das tendências dominantes, tanto o bolchevismo (1962; 1968), quanto o gramscismo (1967) e outras concepções (1956; 1967). Também manteve divergências com Engels e realizou estudos sobre Feuerbach e manteve proximidade com Erich Fromm e Raya Dunaevskaya. Porém, o próprio Mondolfo não conseguiu uma grande ressonância e as críticas superficiais de Gramsci (1988a; 1988b) obliteraram um interesse maior por sua obra.

Assim, a obra de Labriola é uma contribuição fundamental ao marxismo e para compreender sua história e os poucos que reconheceram isso, não deixaram de ressaltar suas qualidades. Além de Korsch, já citado, Franz Mehring, na Alemanha, pretendeu traduzir suas obras – e o fez parcialmente – e o qualificou como “um dos melhores continuadores de Marx e Engels” (apud. GERRATANA, 1975, p. 194) e Georges Sorel, em prefácio à edição francesa, afirmaria que “a publicação deste livro marca uma data na história do socialismo” (apud. GERRATANA, 1986, p. 11).

Assim, o contexto histórico e as concepções vigentes posteriores ofuscaram um maior interesse pela obra de Labriola, apesar de seus sugestivos ensaios sobre o materialismo histórico, que anteciparam vários desdobramentos posteriores. A maior profundidade de Korsch e Lukács em algumas questões é produto da época e das condições sociais de emergência das lutas proletárias, dando novo fôlego ao marxismo. Labriola retomou aspectos importantes apontados por Marx, dando-lhe maior atenção e provocando alguns aprofundamentos. Apesar de não ter aprofundado algumas questões importantes que levantou, sua releitura hoje se faz necessária, não só para produzir uma reflexão sobre o marxismo livre das

7 Uma exigência posta por Labriola e que ele tentou concretizar é a leitura aprofundada dos autores do Manifesto Comunista: “os escritos de Marx e Engels – para voltar a eles, que os principalmente considerados – foram alguma vez lido inteiramente por alguém externo ao grupo dos amigos e adeptos próximos, isto é, dos seguidores e intérpretes diretos dos autores mesmos?” (Labriola, 1969, p. 40).

interpretações canonizadas e deformantes da tradição social-  
democrata e bolchevista como também para perceber os  
desdobramentos que realizou no que se refere ao materialismo  
histórico.

## referencial

ALTHUSSER, L. **A Favor de Marx**. 2ª edição, Rio de Janeiro, Zahar,  
1979.

DELLA VOLPE, G. **A Lógica Como Ciência Histórica**. Lisboa, Edições  
70, 1984.

GERRATANA, V. Acerca de la “Fortuna” de Labriola. In:  
**Investigaciones sobre la História del Marxismo**. Vol. 1. Barcelona,  
Grijalbo, 1975.

GERRATANA, V. Antonio Labriola e a Introdução do Marxismo na  
Itália. In: HOBBSAWM, E. (org.). **História do Marxismo**. vol. 4. Rio  
de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

GRAMSCI, Antonio. **A Concepção Dialética da História**. 6ª edição, Rio  
de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988a.

GRAMSCI, Antonio. Leninismo y Marxismo de Rodolfo Mondolfo. In:  
GRAMSCI, Antonio. **Antologia**. 11ª edição, Siglo Vienteuno, 1988b.

HEGEL, G. W. **Lógica**. 2 vols. Navarra, Folio, 1999.

JOJA, A. **A Lógica Dialética**. São Paulo, Fulgor, 1965.

KOPNIN, P. V. **A Dialética Como Lógica e Teoria do Conhecimento**.  
Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

KORSCH, K. **Marxismo e Filosofia**. Porto, Afrontamento, 1977.

KORSCH, K. Nota Sobre Antonio Labriola y su Importancia para la  
Teoría y la História del Marxismo. In: **Teoria Marxista y Accion**



- Política.** México, Ediciones Pasado y Presente, 1979.
- LABRIOLA, A. **Ensaio sobre o Materialismo Histórico.** São Paulo, Atena, s/d.
- LABRIOLA, A. **Socialismo y Filosofia.** Madrid, Alianza, 1969.
- LACASTA, J. I. **Revolución Socialista e Idealismo en Gramsci.** Madrid, Revolucion, 1981.
- LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal, Lógica Dialética.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- LEFEBVRE, Henri. **O Marxismo.** São Paulo, Difel, 1979.
- LÊNIN, W. **Materialismo e Empireocriticismo.** Rio de Janeiro, Mandacaru, 1978.
- LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe.** 2ª edição, Rio de Janeiro, Elfos, 1989.
- MARX, K. **A Guerra Civil na França.** 2ª edição, São Paulo, Global, 1986.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (Feuerbach).** 3ª edição, São Paulo, Ciências Humanas, 1982.
- MONDOLFO, Rodolfo. **Bolchevismo y Capitalismo del Estado (Estudios sobre la Revolución Rusa).** Buenos Aires, Ediciones Libera, 1968.
- MONDOLFO, Rodolfo. **El Materialismo Histórico em F. Engels y Otros Ensayos.** Buenos Aires, Raigal, 1956.
- MONDOLFO, Rodolfo. **Estudos Sobre Marx.** São Paulo, Mestre Jou, 1967.
- MONDOLFO, Rodolfo. **Materialismo Histórico, Bolchevismo y Dictadura.** Buenos Aires, Ediciones Nuevas, 1962.
- PLEKHANOV, G. **Os Princípios Fundamentais do Marxismo.** 2ª edição, São Paulo, Hucitec, 1989.

- PRADO JÚNIOR, C. **Introdução à Lógica Dialética. Notas introdutórias.** 4ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1979.
- SACRISTÁN, Manuel. Por qué Leer Labriola. In: LABRIOLA, A. **Socialismo y Filosofía.** Madrid, Alianza, 1969.
- TALHEIMER, A. **Introdução ao Materialismo Dialético.** São Paulo, LECH, 1979.
- VANZULLI, M. **Gramsci e Labriola: Teoria da História e Filosofia Política.** Crítica Marxista. N. 27, dez. 2008.
- VIANA, N. O Jovem Marx e o Marxismo. in: **O Fim do Marxismo e Outros Ensaio.** São Paulo, Giz Editorial, 2007.
- VIANA, N. **O Que é Marxismo?** Rio de Janeiro, Elo, 2008.
- VIANA, Nildo. **A Consciência da História. Ensaio Sobre o Materialismo Histórico-Dialético.** 2ª edição, Rio de Janeiro, Achiamé, 2007.

# ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E TENDÊNCIA À LUMPENPROLETARIZAÇÃO

*lisandro braga\**

\* Historiador e Cientista Político;  
Professor de História Moderna e  
Contemporânea da Universidade  
Estadual de Goiás.

No capítulo XXIII do volume 2 de O Capital– A lei geral da acumulação capitalista Karl Marx procurou demonstrar que no processo capitalista de produção de mercadorias há uma tendência em promover uma acumulação ampliada de capital por um lado e por outro lado, há, também, uma tendência simultânea em promover o crescimento ampliado da miséria da classe trabalhadora.

Segundo ele,

a acumulação de riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital (MARX, 1985, p. 210).

O propósito deste artigo é recuperar a discussão teórica que Karl Marx realiza nesse capítulo, buscando compreender a lei geral da acumulação capitalista, suas tendências e contratendências e, ao mesmo tempo, utilizá-la para pensar o processo histórico de formação e ampliação do lumpemproletariado e sua dinâmica na contemporaneidade. Para isso, analisaremos o lumpemproletariado à luz de uma teoria das classes sociais, considerando-o uma classe social composta pelo exército industrial de reserva (desempregados, sem-teto, mendigos, subempregados, delinqüentes, prostitutas etc.).

Sendo assim, nossa análise se distancia de algumas análises dominantes e presentes nos discursos acadêmicos e científicos que busca compreender a sociedade a partir de uma dualidade abstrata

que afirma a existência dos incluídos/excluídos sociais e que, no fundo, não consegue explicar muita coisa, pelo contrário, obscurece a totalidade das relações sociais ao ocultar toda a complexidade envolta no processo de lumpemproletarização que acompanha o desenvolvimento histórico de produção e reprodução do capitalismo e de suas classes sociais. Nesse primeiro momento, o objetivo é resgatar a discussão realizada por Karl Marx sobre o processo de acumulação de capital e sua dinâmica geradora de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva.

Na primeira parte deste capítulo intitulada Demanda crescente da força de trabalho com a acumulação, com composição constante do capital, o autor já apresenta o assunto geral da sua discussão, ou seja, da influência que o crescimento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora. Marx considera que a composição do capital e suas modificações constituem os fatores mais importantes nessa investigação.

Com o intuito de melhor compreender essa análise, trilharemos o mesmo caminho do autor, reconstituindo seu pensamento. De acordo com ele, a composição do capital deve ser entendida a partir de uma dupla perspectiva: primeiramente ele faz uma análise da perspectiva do valor na qual afirma que a composição orgânica do capital é determinada pela proporção em que ele se reparte em capital constante (valor dos meios de produção) e capital variável (valor da força de trabalho), soma global dos salários.

Posteriormente, ele apresenta a perspectiva da matéria, ou seja, como ela funciona no processo de produção. Nessa análise, Marx afirma que cada capital se reparte em meios de produção (composição valor) e força de trabalho viva (composição técnica).

A produção de capital (mais-valor convertido em lucro) é formada por dois componentes existentes no processo de produção denominados de trabalho morto (matéria-prima, maquinaria e tecnologia em geral) e trabalho vivo que consiste na força de trabalho operária. O primeiro não tem capacidade de gerar valor e

apenas repassa seus custos durante o processo produtivo, já o segundo é a única força geradora de capital, ou seja, acrescenta à mercadoria mais do que o valor gasto na sua produção. Por isso esse capital extra é denominado mais-valor. Sendo assim, após um ciclo gerador de mais-valor, a burguesia tende a aplicar parte desse na expansão da produção o que implica necessidade de ampliação do mercado consumidor e maior demanda por força de trabalho.

Nesse sentido, o

crescimento do capital implica crescimento de sua parcela variável convertida em força de trabalho. Uma parcela da mais-valia transformada em capital adicional precisa ser sempre retransformada em capital variável ou fundo adicional de trabalho (Ibid, 1985, p. 187).

Marx continua sua análise constatando que, no século XIX, com o passar dos anos o número de trabalhadores ocupados cresce em relação aos anos anteriores e com isso chega-se ao ponto das necessidades da acumulação crescer além da costumeira oferta de trabalho e assim tende a ocorrer um aumento salarial. Porém, independentemente do aumento salarial e da geração de condições mais favoráveis para a classe operária e sua multiplicação, isso em nada muda o caráter básico da produção capitalista. Em outras palavras, a exploração do proletariado em sua totalidade mantém-se a mesma, visto que essa exploração revela-se na extração de mais-valor (sua lei absoluta) e não no preço do salário, seja ele qual for. É válido ressaltar que o aumento salarial implica apenas na diminuição quantitativa de trabalho não-pago (mais-valor) que o trabalhador “concede” ao capitalista, no entanto, “essa diminuição nunca pode ir até o ponto em que ela ameace o próprio sistema” (Ibid, 1985, p. 192). A acumulação capitalista promove na mesma escala a ampliação da classe trabalhadora, visto que

A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende constitui de fato um momento da própria reprodução do capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado (Ibid, 1985, p. 188).

Marx demonstra que esse processo, no entanto, tende a promover um decréscimo na acumulação. Isso significa que a partir do momento em que ocorre uma diminuição na acumulação, ocorre, do mesmo modo, uma diminuição da necessidade por força de trabalho, ou seja, a desproporção que existia entre capital e força de trabalho - razão do aumento salarial - desaparece (momentaneamente) e assim o processo de acumulação capitalista elimina seus próprios obstáculos. Logo, o salário volta a decrescer.

Adverte-se, no entanto, que até aqui Marx analisava somente uma fase particular desse processo, ou seja, “aquela em que o crescimento adicional de capital ocorre com composição técnica do capital constante. Mas o processo ultrapassa essa fase” (Ibid, 1985, 193).

O crescimento absoluto do capital durante seu transcurso histórico é reflexo da sua capacidade de ampliar o desenvolvimento da produtividade do trabalho social tornando-a sua principal alavanca de acumulação. A principal expressão desse crescente desenvolvimento da produtividade do trabalho advém do volume crescente dos meios de produção em comparação com a força de trabalho, ou seja, “no decréscimo da grandeza do fator subjetivo do processo de trabalho, em comparação com seus fatores objetivos” (Ibid, 1985, p. 194). Nesse momento Marx já está tratando da mudança que a composição técnica do capital (força

de trabalho viva) sofre no decurso do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Se na primeira fase de acumulação a multiplicação do capital representava multiplicação do proletariado, agora essa relação tende a se inverter, pois

essa mudança na composição técnica do capital, o crescimento da massa dos meios de produção, comparada à massa da força de trabalho que os vivifica, reflete-se em sua composição em valor, no acréscimo da componente constante do valor do capital à custa de sua componente variável (Ibid, 1985, p. 194).

Aqui já é possível perceber que no processo de desenvolvimento capitalista, a parte do mais-valor reconvertida na ampliação da produção via aumento do trabalho morto (maquinaria e tecnologia em geral) tende a ultrapassar significativamente o trabalho vivo ou o componente variável da composição orgânica do capital (força de trabalho) e, conseqüentemente, diminui a demanda por força de trabalho aumentando o desemprego. Portanto,

esse movimento no sentido de crescer a parte das máquinas em relação à força-de-trabalho, a aumentar a produtividade do trabalho, tende a diminuir a intensidade da demanda de força-de-trabalho pelos capitalistas, tende, por conseguinte, a criar desemprego, no caso em que oferta de força-de-trabalho pelos trabalhadores diminua também. O progresso técnico, realizado em condições capitalista de produção, é assim um fator de expulsão de empregos pelo capital (SALAMA & VALIER, 1975, p. 86).

Com essa mudança o capitalismo contrai uma tendência a tornar

supérflua ou subsidiária uma parcela populacional significativa da classe trabalhadora que passa a ampliar o exército industrial de reserva ou o lumpemproletariado<sup>1</sup>. Vejamos melhor esse processo.

Inicialmente a acumulação de capital aparece apenas como uma ampliação quantitativa, porém, percebe-se que ela realiza-se também numa alteração qualitativa ininterrupta de sua composição com ampliação crescente dos meios de produção, tais como maquinaria e tecnologia em geral, em detrimento da força de trabalho empregada numa velocidade infinitamente maior do que a anteriormente existente. O resultado dessa alteração qualitativa apresenta-se da seguinte forma:

a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente superflua ou subsidiária, ao menos concernentes às necessidades de aproveitamento por parte do capital (...) A população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa. Essa é uma lei populacional peculiar ao modo de produção capitalista, assim como, de fato, cada modo de produção histórico tem suas leis populacionais particulares, historicamente válidas (MARX, 1985, p. 199–200).

Marx denominou essa população trabalhadora superflua de “superpopulação relativa” e a compreendeu como parte imprescindível do funcionamento do modo de produção capitalista, pois

ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse

1 O conceito de lumpemproletariado será tratado aqui como equivalente ao conceito marxista de “exército industrial de reserva”, ou seja, categoria social formada pelos indivíduos que se encontram alijados do mercado de trabalho e do mercado de consumo e, que, na contemporaneidade, formam os setores mais empobrecidos de desempregados, mendigos, sem-teto, prostitutas, delinqüentes, subempregados etc.



criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional (Ibid, 1985, p. 200).

Além da função de mão-de-obra disponível para as necessidades do capital, porém nem sempre utilizada, e em grande quantidade na reserva, o exército industrial de reserva cumpre outra função essencial no capitalismo que é a de pressionar os salários para baixo. Ele transforma-se, assim, numa das principais alavancas da acumulação capitalista uma vez que a oscilação dos salários passa a ser regulada pelo movimento de expansão e contração desse contingente populacional formado pelo exército industrial de reserva. Ao contrário da “teoria” populacional malthusiana<sup>2</sup> que possui uma concepção abstrata e ligada aos interesses de classe da burguesia, a teoria da população em Marx busca analisar a dinâmica populacional no interior do modo de produção capitalista, pois

A dinâmica populacional não pode ser compreendida se extraída, arrancada para fora, do conjunto das relações sociais nas quais emerge. Este pressuposto metodológico será seguido por Marx na sua teoria da população, que é, na verdade, uma teoria da dinâmica populacional sob o capitalismo (VIANA, 2006, p.1011).

2 A lei da população de Malthus se fundamenta na relação entre ‘meios de subsistência’ e ‘aumento populacional’ (e isto gera sua explicação sobre as causas da fome e da miséria). Segundo Malthus, a população cresce em progressão geométrica (2, 4, 8, 16...) e a produção de alimentos (meios de subsistência) em progressão aritmética (1,2,3,4...), o que geraria a escassez, a fome. Marx é um severo crítico dessa concepção, opondo-lhe tanto a questão metodológica quanto os seus equívocos teóricos derivados de sua concepção metafísica, ligada a determinados interesses de classe” (Viana, 2006, p. 1011).

Segundo Marx, o exército industrial de reserva existe em diversas ocasiões possíveis e todo trabalhador o compõe durante todo o tempo em que está desempregado parcial ou inteiramente. Esse exército de reserva ou superpopulação relativa possui três formas: líquida, latente e estagnada. Nos grandes centros industriais modernos do século XIX, os trabalhadores constantemente eram ora

repelidos, ora atraídos em maior proporção. Isso ocorre de tal forma que, mesmo em proporção decrescente em relação à ampliação da produção, o número de trabalhadores ocupados crescia. Nesse caso a superpopulação existe em forma líquida (fluente).

É certo que a acumulação capitalista exige um número crescente de força de trabalho, porém em proporção cada vez menor em relação ao capital constante. Por isso a indústria necessita de trabalhadores até sua idade adulta, todavia atingida tal idade o trabalhador se encontrava de tal forma exaurido que somente uma pequena parcela continuava sendo empregada enquanto maior parte é demitida. “Esta constitui um elemento da superpopulação fluente, que cresce com o tamanho da indústria. Parte emigra e, de fato, apenas segue atrás o capital emigrante” (MARX, 1985, p. 207).

Portanto, o capital necessita de massas maiores de trabalhadores em idade jovem e massas menores em idade adulta. Por conta dessa realidade é que mesmo existindo uma grande parcela da população desocupada havia milhares de queixas reclamando a necessidade de braços para o trabalho. É preciso lembrar que além da baixa expectativa de vida entre os trabalhadores, o desgaste da força de trabalho era tão grande que mal o trabalhador atinge a idade mediana “ele cai nas fileiras dos excedentes ou passa de um escalão mais alto para um mais baixo”. A solução encontrada pelo capital para esse problema era a promoção de casamentos precoces entre a classe trabalhadora e a premiação para as famílias que oferecessem seus filhos para a exploração.

A segunda forma de superpopulação relativa – latente – apontada por Marx é proveniente da consolidação do capitalismo na agricultura e que tende a promover uma demanda decrescente absoluta de força de trabalho. Deste modo, a população trabalhadora rural sofre uma repulsão não acompanhada de maior atração e, conseqüentemente,

parte da população rural encontra-se, por  
isso, continuamente na iminência de

transferir-se para o proletariado urbano ou manufatureiro e à espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência. Essa fonte da superpopulação flui, portanto, continuamente.

Mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe uma contínua superpopulação latente no próprio campo, cujo volume só se torna visível assim que os canais de escoamento se abalam excepcionalmente de modo amplo. O trabalhador rural é, por isso, rebaixado para o mínimo do salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo (Ibid, 1985, p. 207-208).

A terceira forma de superpopulação relativa denominada de estagnada é composta por parcela do exército ativo de trabalhadores, no entanto ocupada de forma bastante irregular. Essa categoria fornece ao capital fonte inesgotável de força de trabalho “disposta” a ser explorada uma vez que sua condição de vida encontra-se muito abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora e que, portanto, faz dessa população uma

(...) base ampla para certos ramos de exploração do capital. É caracterizada pelo máximo do tempo de serviço e mínimo de salário (...) Seu volume se expande na medida em que, com o volume e a energia da acumulação, avança a “produção da redundância” (Ibid, 1985, p. 208).

Finalmente a camada mais miserável da superpopulação relativa e que reside na desgraça do pauperismo. Conforme afirma Bellon,

o último resíduo da superpopulação relativa habita o inferno do pauperismo. Abstraindo

dos vagabundos, dos criminosos, das prostitutas, dos mendigos e de todo esse mundo a que se chama as classes perigosas, esta camada social compõe-se de três categorias: os desempregados capazes de trabalhar; os filhos dos órfãos; enfim as vítimas da indústria: doentes estropiados, viúvas, trabalhadores idosos e trabalhadores desqualificados (1975, p. 44).

Portanto, aqui reside a lei geral da acumulação capitalista: quanto maior a riqueza social e a grandeza absoluta do proletariado e sua força produtiva, tanto maior o exército industrial de reserva ou o lumpemproletariado, conforme definido por nós, ou seja,

quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista. Como todas as outras leis, é modificada em sua realização por variegadas circunstâncias (MARX, 1985, p. 209).

Ao encerrar o resgate da análise de Marx sobre A lei geral da acumulação capitalista concluímos que essa análise corrobora a afirmação e percepção que esse autor possuía desde o início dos seus trabalhos germinais, escritos em Paris em 1844 e que em determinado momento assim protestava:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização

do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral (MARX, 2004, p. 80).

O conceito de lei que se refere Karl Marx no XXIII capítulo do volume 2 de O Capital deve ser entendido aqui como equivalente a tendência. Nesse sentido, a reflexão que Marx realizou nesse capítulo aponta para uma tendência existente no capitalismo de gerar tanto riqueza, quanto miséria em proporções diretas avanço das potencialidades produtivas. Esclarecido isso, a partir de agora buscaremos analisar essa tendência na contemporaneidade.

Respeitando as particularidades dos diversos países capitalistas (imperialistas e subordinados), é possível perceber a ocorrência de um intenso processo de lumpemproletarização a que estão submetidos milhares de trabalhadores no mundo todo. Esse processo resulta da dinâmica do regime de acumulação integral, que encontra na chamada “reestruturação produtiva” a forma de ampliar a extração de mais-valor e no estado neoliberal o seu complemento regularizador. Para melhor compreender esse processo, é necessário esclarecer o que é o lumpemproletariado, as razões da sua ampliação no regime de acumulação integral e o estado neoliberal na contemporaneidade.

O termo lumpemproletariado tem origem nos escritos de Karl Marx, porém esse autor não chegou a desenvolvê-lo de forma sistematizada e em várias obras (O Manifesto Comunista, A luta de classes na França, O 18 Brumário e O capital) o termo é mencionado, em alguns casos, com diferenças de significado. No entanto, acreditamos ser possível trabalhar com o termo lumpemproletariado como equivalente ao conceito marxista de “exército industrial de reserva”, conforme sugerido por Viana em

sua obra *O capitalismo na era da acumulação integral*.

Dessa forma, o lumpemproletariado é formado pelos indivíduos que, mesmo estando interessados em vender sua força de trabalho, se encontram aliados do mercado de trabalho e, conseqüentemente, do mercado de consumo, formando um grupo que oscila entre o subemprego, o emprego (precário, temporário, informal) e o desemprego, dependendo do contexto social. Não há homogeneidade na caracterização do lumpemproletariado, visto que a forma como ele se encontra na sociedade é variada, dependendo do período, do país e da região no interior de uma mesma nação. No entanto, na contemporaneidade há uma tendência da ampliação do lumpemproletariado nos países capitalistas imperialistas e nos países de capitalismo subordinado que, dependendo do caso, já nasce, enquanto nação industrializada, com um alto índice de lumpemproletários como é o caso do Brasil.

O regime de acumulação integral<sup>3</sup> é fruto da resposta capitalista à crise do final da década de 1960 e início da década de 1970, provocada pela tendência declinante da taxa de lucro e marcada pela radicalização das lutas estudantis e operárias na França, Alemanha e Itália, bem como pelo movimento de contracultura e pelo movimento pacifista nos EUA que foram responsáveis por promover a primeira rachadura no regime de acumulação intensivo-extensivo que, já no início da década de 80, entra em colapso.

Com a contínua queda na taxa de lucro entre as décadas de 1960 e 1970, o capitalismo precisou encontrar soluções para a crise e isso levou ao engendramento de um novo regime de acumulação marcado pelo aumento da exploração nos países imperialistas e, também, nos países subordinados, tanto no aumento da extração de mais-valor relativo (avanço tecnológico na produção, organização científica do trabalho etc.), assim como na extração de mais-valor absoluto (expansão das jornadas de trabalho via horas-extras). Ou seja, tal regime se afirmará em um processo de acumulação de capital integral.

3 Sobre a teoria dos regimes de acumulação, especificamente o regime de acumulação integral Cf. (Viana, 2009).

Essa busca pelo aumento da taxa de exploração ficará conhecida como “reestruturação produtiva” e terá no toyotismo a forma característica de organização do trabalho, tendo em vista a extração de mais-valor na contemporaneidade. O operário de uma fábrica toyotista se vê obrigado a trabalhar de forma pluriespecializada, dedicando-se a várias funções no interior da fábrica, manobrando, simultaneamente, várias máquinas em ritmo alucinante. Funções que antes eram executadas por mais de dois ou três operários, hoje é exercida intensamente por apenas um operário. O resultado mais drástico dessa mais-violênciano trabalho foi denominado no Japão de Karoshi, ou seja, morte por overdose de trabalho. Nesse país, fundador do modelo Toyota de organização do trabalho, milhares de operários morrem ao ano, vitimados pelo excesso de trabalho, por jornadas que vão de 15 a 16 horas diárias, pela ausência de férias, pelas moradias minúsculas etc.

A constituição do regime de acumulação integral, visando combater a tendência declinante da taxa de lucro entre a década de 1960 e 1970, vem acompanhada pela substituição do estado do “bem-estar social” pelo estado neoliberal, que terá a função de criar as condições institucionais necessárias à ampliação da acumulação de capital via reestruturação produtiva e o neoimperialismo. Para que a reestruturação produtiva (toyotismo) seja efetivada, é preciso que um amplo processo de mudanças seja colocado em prática no campo das relações de trabalho, marcado pela corrosão dos direitos trabalhistas, pela (in)flexibilidade no sistema produtivo que veio a provocar uma imensa precarização e intensificação do trabalho e um processo de lumpemproletarização via aumento do desemprego e, conseqüentemente, da pobreza em escala mundial. De acordo com

Ricardo Antunes,

(...) para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores. Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor. O toyotismo

estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratados, dependendo das condições de mercado. O ponto de partida básico é um número reduzido de trabalhadores e a realização de horas extras (ANTUNES, 1994, p. 28).

O estado neoliberal acaba por se apresentar como um complemento de toda essa mudança estrutural, atuando no campo da regularização das novas relações sociais necessárias à efetivação da acumulação integral de capital. Nesse sentido, ele é marcado por uma enorme contenção dos gastos públicos em políticas sociais em geral. É válido ressaltar que não há homogeneidade na implementação do estado neoliberal no mundo, visto que o mesmo é moldado de acordo com as realidades específicas de cada país, possuindo diversas determinações diferenciadas.

Uma das conseqüências sociais diretas e inevitáveis da promoção do estado neoliberal é, sem sombra de dúvidas, o aumento da lumpemproletarização, das tensões sociais e da criminalidade derivadas dos constantes cortes nas políticas de assistência sociais, da diminuição drástica da oferta de empregos, da miséria, da fome e da opressão em geral, tanto nos países subordinados, quanto nos países imperialistas.

Por conta desse quadro é que esse estado será caracterizado por uns como sendo “mínimo e forte” (BOBBIO, 1998) e por outros como sendo uma espécie de “estado penal” (WACQUANT, 2001), uma vez que o mesmo se vê coagido a dar uma resposta positiva (para os interesses das classes dominantes) ao espetáculo da insegurança social e da criminalidade crescente, através da expansão das práticas repressivas e do encarceramento dos miseráveis lumpemproletários. Dessa forma,



Podemos dizer que o Estado neoliberal está atingindo seus propósitos, pois vem contribuindo para o aumento da exploração e recuperação da acumulação capitalista, tanto em nível nacional quanto internacional.

Podemos dizer, resumidamente, que o neoliberalismo é uma nova forma estatal que surge nos anos 80, sendo produto do regime de acumulação integral, e que busca diminuir os gastos estatais, desregular o mercado, subsidiar o capital oligopolista e aumentar a política repressiva, facilitando assim o desenvolvimento da re-estruturação produtiva e da instalação de novas relações internacionais. As conseqüências do neoliberalismo são o aumento da pobreza e da miséria, da desigualdade, da criminalidade e dos conflitos sociais. O mundo neoliberal é um mundo marcado por contradições crescentes (VIANA, 2009, p. 91).

Conclui-se, portanto, que o capitalismo contemporâneo sofreu diversas mudanças históricas em suas formas, passando por diversos regimes de acumulação marcados por formas de organização do trabalho específicas (taylorismo, fordismo, toyotismo), por diversas formas estatais (estado liberal, liberal democrático, do “bem-estar” social e neoliberal), assim como por formas determinadas de exploração internacional (Imperialismo e Neoimperialismo). Porém, sua essência (determinação fundamental) permanece a mesma e sua lei geral absoluta continua sendo a extração de mais-valor da classe trabalhadora através da ampliação do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo.

Da mesma forma, o monsieur capital continua produzindo uma intensificação crescente da lumpemproletarização via aumento do desemprego em escala mundial (aproximadamente 216 milhões de

peças sem trabalho), da formação de subempregos, contratos precários e suas consequências diretas tais como fome, miséria, alta taxa de mortalidade do proletariado e do lumpemproletariado, violência gratuita, altos índices de criminalidade, geralmente, acompanhados de assassinato etc. Consta-se então que a teoria marxista sobre a lei geral da acumulação capitalista continua atual e fornecendo elementos teórico-metodológicos de grande importância para se compreender a lógica da produção e reprodução do capitalismo e, conseqüentemente, da barbárie que o acompanha tal como sua sombra.

#### referências bibliográficas:

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1994.
- BELLON, Bertrand. **Desemprego e capital.** Porto: A regra do jogo, 1975.
- MARX, Karl. A lei geral da acumulação capitalista. IN: MARX, Karl. **O capital.** . 2. São Paulo: Nova cultural, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boi tempo editorial, 2004.
- SALAMA, Pierre & VALIER, Jacques. **Uma introdução à economia política.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.
- VIANA, Nildo. **A teoria da população em Marx.** Fragmentos de Cultura. Goiânia, v. 16, n. 11/12, p. 1009-1023, nov./dez. 2006.
- \_\_\_\_\_. **O capitalismo na era da acumulação integral.** Aparecida, SP: Santuário, 2009.

# **AUTOGESTÃO SOCIAL e LUTAS SOCIAIS**

*leonardo venicius parreira proto\**

\* Bacharel e licenciado em História pela PUCGO, especialista em Adolescência e Juventude no Mundo Contemporâneo pela Faculdade Jesuíta (FAJE) de Belo Horizonte, mestrando em História pela UFG/bolsista da CAPES e coordenador do curso de História da UEG/UnU Iporá.

## **concepção teórica da autogestão social**

A definição de conceitos abstratos parte das necessidades reais, concretas, dos indivíduos. Na concepção marxista, a consciência da realidade só é possível mediante a historicidade desses mesmos indivíduos, no processo de formação social, na medida da constituição das relações sociais de produção dos mesmos.

Tendo como fundamento essa lógica de formação sócio-histórica, evidenciam-se na constituição do sujeito suas contradições e também processos de superação dessas contradições nas experiências de ruptura social e do sistema.

Assim, para clarear melhor nossas idéias é necessário trabalharmos com a definição de alguns autores para explicar a própria constituição histórico-social do termo em razão da polissemia conceitual em que o mesmo está circunscrito. Deteremo-nos em poucos autores nesse primeiro “movimento” do texto (para aprofundar o conceito de autogestão social como uma “expressão teórico-política do proletariado”) (VIANA, 2007).

A consciência revolucionária do proletariado é a autoconsciência das contradições da sociedade burguesa e da necessidade de sua abolição e substituição por uma nova sociedade fundamentada na autogestão social (VIANA, 2007, p. 37).

A partir dessas considerações da abordagem e perspectiva política do termo autogestão social, entendemos o conceito como realização

da práxis da classe trabalhadora. Mas, para continuarmos nossa discussão perguntamos: o que é autogestão social? Em autores como Guilherm e Bourdet (1976), Massari (1977), Tragtenberg (1989) e Viana (2007;2008), a concepção está diretamente associada às novas relações sociais de produção, com a eliminação do sistema capitalista e a produção de uma nova forma de relação social: o comunismo.

De forma ampla, esses autores vão a essa definição. Cabe agora, trabalhar suas particularidades textuais. Para Guilherm e Bourdet (1976), o termo está vinculado à sua própria condição de historicidade. Sua produção como conceito e prática está historicamente situado no contexto da Guerra Fria, em uma sociedade iugoslava, para dissociar sua experiência socialista do regime soviético sob a tutela de Stálin.

A palavra autogestão foi introduzida em França para designar a experiência político-econômico-social da Iugoslávia de Tito, em ruptura com o stalinismo. Mas na própria Iugoslávia, o sistema de autogestão não era tido como uma inovação; ao contrário, como um retorno ao marxismo autêntico, pervertido pelo stalinismo<sup>1</sup> (GUILHERM e BOURDET, 1976).

Essa noção conceitual de autogestão social está fundada sob os alicerces dos equívocos cometidos pela experiência da Revolução Russa de 1917 e suas inconsistências teóricas na interpretação do chamado marxismo original. Como dito já anteriormente, a autogestão social para existir supõe a superação das relações sociais de produção existentes, inclusive aquelas denominadas de “esquerdas revolucionárias” ou vanguardas, como bem expresso na assertiva leninista.

<sup>1</sup> O debate teórico expresso na definição marxismo autêntico parte do pressuposto do marxismo que está ligado à leitura mais autêntica do próprio Marx, sem deformá-lo, ao fato de o marxismo é entendido como “expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado” – tal como apresentado por Korsch (2008) – e o pseudomarxismo ser um falso marxismo apropriado e deformado por outras classes sociais. Marx representou a primeira manifestação do marxismo e por isso a leitura correta de sua obra também manifesta o marxismo autêntico – veja “Marxismo e Filosofia”, Korsch; O Que é Marxismo (2008), assim como o fizeram as experiências “ditas” de marxismo da social-democracia, do bolchevismo, do leninismo, do trotskismo e stalinismo, só para citar algumas correntes do denominado pseudomarxismo, assim como o define o pensador e militante Nildo Viana (2008).

As necessidades e desejos são dois elementos da síntese da condição social dos sujeitos históricos, portanto, produzida de acordo com suas relações. Elementos esses fundamentais para a superação da sociedade de classes. Porém, a proposição e enfrentamento social para a supressão da estratificação social têm como sujeitos históricos e determinados a classe operária.

É o proletariado, como portador da condição de produtores, trabalhadores que lutarão e irão aniquilar as forças de supressão e contenção do trabalho alienado, rumo à sua liberdade, ou seja, às suas reais necessidades materiais de sobrevivência por meio do trabalho livre.

O que permite dizer que a autogestão moderna, longe de ser um simples movimento de idéias praticado por algumas “comunidades”, é o movimento por excelência da classe operária. Ora, esse movimento tem-se exprimido maciçamente através de uma teoria precisa, a de Marx. [Sendo assim], (...) “o proletariado só é revolucionário quando tende a abolir o trabalho assalariado, e não a geri-lo (GUILHERM e BOURDET, 1976, p. 32).

O esforço teórico, nesse trabalho, é compreender e explicar a autogestão social no conjunto de relações, feitas e pensadas por um coletivo de sujeitos que ao criticarem a lógica vigente, a entendem como conseqüência de um processo histórico de dominação e expropriação da autonomia do ser humano. Logo, a autogestão é uma práxis política e a partir de uma classe social determinada: o proletariado. Não é possível dissociar teoria e prática da condição dos sujeitos, verificando aí a exata noção de ser humano e seus movimentos práticos e teóricos.

Esse conceito de proletariado, nós o tentamos construir, concebido não somente como “produtor”, mas, segundo os próprios temos de Marx, como “universal concreto”, “ser humano genérico”; do mesmo modo que o conceito antagônico de burguesia capitalista, concebido não somente como “exploradora”, mas como “produtivista” (GUILHERM e BOURDET, 1976, p. 33).

Essa consciência da práxis do sujeito e de uma redefinição mais acertada do próprio conceito de proletariado, a partir de Marx, nos fornece uma ampliação das forças sociais que estão situadas no campo conceitual de proletariado. Como classe em formação, os diversos grupos, ditos numa linguagem sociológica mais contemporânea, como os marginalizados e despossuídos, estão nessa conceituação contemplados.

Com efeito, Marx não adotou por acaso a palavra “proletariado”. Sabemos que proletariado significa em latim “aquele que nada tem além de seus filhos”, entendido na acepção daquele que está desprovido de tudo, não somente de qualquer propriedade (e entre os romanos o poder político implicava a propriedade), mas de qualquer poder sobre sua vida (GUILHERM e BOURDET, 1976, p. 39).

Estes mesmo autores, Guilherm e Bourdet (1976), conseguem fazer uma análise lúcida a respeito de mesmo na condição de classe trabalhadora, a consciência advinda de uma realidade concreta enfrentará os ditames das forças do capitalismo, a começar, por exemplo, segundo os mesmos na inculcação do processo de escolarização da juventude, como possibilidade real de

qualificar essa mão-de-obra no sentido de preparar técnicos para gerir e administrar o capital e reproduzir seus valores.

O alcance da capacidade crítica e formulação e militância por uma nova realidade a ser construída, aqui estamos falando da autogestão social, somente será viável com o autogoverno, com a autonomia dos proletários e com o fortalecimento da luta de classes em sentido de negar práticas de dominação.

A negação da burguesia não se dará pelos pés e mãos de seus agentes, mas pela auto-organização-gestão dos/as espoliados/as.

Segundo Roberto Massari (1977), apoiado pela teoria de Marx, considera a autogestão um processo a ser realizado pelos agentes interessados, obviamente, todos/as aqueles/as, segundo a exploração de seu trabalho. Para Massari,

No existe para Marx una conciencia del comunismo a inventar y comunicar al proletariado (es decir, una idea que permite hacer de el un sujeto material), sino, por el contrario, existe un elemento real, una fuerza social (potencial) que debe descubrirse por sí sola en cuanto tal, para poder tomar conciencia de las propias posibilidades y de la propia alternativa (1977, p. 78).

Massari (1977) insiste bastante na idéia do próprio Marx da formação da emancipação da classe trabalhadora por ela mesma, sendo capaz de formular um projeto societário alternativo, tendo como eixo fundamental a auto-organização social.

A livre associação dos/as produtores/as é um item de incorporação das forças sociais contra a permanente insistência ou inculcamento ideológico da burguesia e de suas classes auxiliares<sup>2</sup> no sentido de realizar a supressão da auto-organização em nome da burocracia, do estatismo e dos mecanismos da heterogestão. Essa é uma expressão recorrente na obra de Viana (2008), compreendendo as

2 Para compreendermos melhor essa noção, Viana (2008), dirá o seguinte: “O que é burocracia? É uma classe auxiliar da burguesia. A classe capitalista ao drenar a produção de mais-valor acaba tendo que realizar a repartição do que foi extorquido do proletariado. Além dos gastos de produção e com os salários dos trabalhadores, a burguesia transfere parte do mais-valor para o Estado e para sustentar suas classes auxiliares. Estas executam trabalho improdutivo, isto é, são trabalhadores assalariados improdutivos, não produzindo mais-valor e tendo sua renda adquirida através do processo de exploração do proletariado, através do salário pago pelo Estado ou por empresas capitalistas. A burocracia estatal, os agentes que fazem a máquina do Estado funcionar, bem como outros setores da burocracia (empresarial, partidária, sindical etc.) é uma classe social auxiliar da burguesia, executando o papel de controlar o proletariado, amortecer os conflitos sociais e reproduzir a exploração” (p. 26).

classes que auxiliam no processo de dominação, em nosso caso específico, e a partir da modernidade, a burguesia em formação e consolidação<sup>3</sup>.

Em síntese, na fundamentação a respeito de uma teoria da autogestão social, concordamos com a definição explícita de Viana (2008) sobre esse conceito. Para ele,

O comunismo só pode ser compreendido como autogestão social. A autogestão surge no processo de produção e deve se expandir para todas as outras esferas da vida social abolindo tanto o mercado (“lei do valor”) quanto o estado. A autogestão é, assim, uma relação de produção e não como nas ideologias burguesas, mera forma de gestão de empresas, ou simplesmente democracia direta (VIANA, 2008, p. 78).

3 Outro autor a abordar com incisão essas denominadas classes auxiliares é o marxista russo Makhaiski (1981) ao fazer crítica contundente à separação entre o trabalho intelectual e manual, enfatizando na figura do intelectual como aquele que não expropria diretamente o trabalho do operário, mas o faz indiretamente, ao ser sustentado pela burocracia estatal, de onde advém o financiamento para pagar por seus préstimos, sabendo que o lucro, na realidade fora retirado do trabalho operário e não do patrão ou sua representação política, no caso, o estado.

A concretização da autogestão social como nova forma de viver pressupõe um processo de revolução social generalizado, com ampla densidade de formação de conselhos de base, sejam eles nas fábricas, nos bairros, nas comunidades ou nos ditos movimentos sociais com suas demandas específicas, mas que em hipótese alguma, podem suprimir a generalização da totalidade dessas novas relações sociais (VIANA, 2008).

Maurício Tragtenberg também sistematizará e politizará em sua militância a real possibilidade de pensar e fazer a experiência da autogestão social. Irá, em seus textos, insistir na perspectiva do proletariado como o sujeito **sine quo non** do desenvolvimento teórico e prático na constituição de um novo significado político para a história dos/as trabalhadores/as.



A autogestão não é um objetivo da sociedade capitalista, seja na forma do capitalismo privado, seja na forma livre-concorrencial, monopolista ou estatal. Ela significa que o proletariado e os assalariados em geral gerem por si mesmos suas lutas, através das quais se conscientizam de que podem administrar a produção e criar formas novas de organização do trabalho. Em suma, que podem colocar em prática a “democracia operária”. O predomínio da autogestão nos campos econômicos, social e político manifesta-se sempre que os trabalhadores aparecem como sujeitos revolucionários (TRAGTENBERG, 1989, p. 09).

As lutas operárias tem como fim último a dissipação da divisão social do trabalho, abolindo-a da estrutura social como princípio para instaurar uma nova formulação no campo da organização e inserção dos indivíduos, por meio da intensificação e da bandeira de extinção da hierarquização das forças sociais (TRAGTENBERG, 1989).

Para Tragtenberg, “a luta operária é revolucionária pelas formas de auto-organização que cria, igualitárias, coletivas, onde as relações de hierarquia verticais, a submissão ou a dependência estão excluídas” (1989, p. 10). É com esse sentido de ruptura das relações sociais de produção capitalistas, que os/as trabalhadores/as precisam e devem criar condições de sociabilidade para facilitar suas lutas e intensificar a mobilização da classe proletária em um projeto de sociedade anti-capitalista.

## as lutas sociais na perspectiva do proletariado

Uma das formas de manifestação de ruptura do sistema de exploração é exatamente a unificação do proletariado em defesa da prática revolucionária. Para os/as trabalhadores/as faz-se condizente reunir todas as lutas sociais em prol da classe contra quaisquer tentativas de corrupção ou mesmo cooptação pelas estruturas dogmáticas da burocracia estatal ou privada.

Em Tragtenberg (1989) e Makhaiski (1981) discute-se a função do salário como mecanismo de cooptação e acomodação das classes auxiliares da burguesia, adequada sobremaneira tanto à burocracia como à **intelligentsia**, ou seja, os intelectuais. Para efeito de crítica e tomada de posição contrária a estruturação da esfera social estratificada é fundamental a associação livre dos/as operários/as, para reagirem às condições da heteronomia.

A associação constitui o espaço de luta operária contra a burguesia, daí a importância de se manter esse movimento como real e autônomo. Ele provoca a crise das instituições dominantes e do salariedade, defrontando-se com o estado capitalista ou com o “estado socialista” nova definição do capitalismo de estado. (...) Uma luta da classe operária inicia-se em razão de interesses imediatos, desdobrando-se, em seguida, numa luta revolucionária de desenvolvimento da associação no sentido de uma sociedade sem classes  
(TRAGTENBERG, 1989, p. 11).

Os enfrentamentos sociais são claros e orientados no sentido da exigência de rompimento com o capitalismo. Às mediações dentro de uma estrutura qualquer, seja ela institucional, profissional, de

caráter privado impede muitas das vezes reconhecer dois fundamentais elementos de “visibilidade” do capital: a divisão social do trabalho e o salariado.

Nesse ínterim da reflexão, Makhaiski apresenta que:

Os operários não separam este ideal da realidade de seus próprios interesses de classe. O movimento proletário não defende senão as pessoas condenadas ao trabalho físico servil. Sua meta é a emancipação.  
(MAKHAISKI, 1981, p. 95).

A luta social do proletariado na perspectiva de superação do capitalismo deve “minar” as bases de funcionamento dessa lógica sistêmica, por meio da divisão social do trabalho, que cria as condições da especialização do trabalho, objetivando uma verticalização dessas relações na esfera do campo da produção, repassado como forma ideológica de manutenção da ordem social, do **status quo**.

Essas bases de hierarquização social, advinda dos níveis de exploração e distinção sociais devem ser combatidas pela classe proletária em razão da práxis emancipatória, num esforço coletivo de combater a instalação do modo de produzir capital, na sua forma generalizada, pois o mesmo modo de produção circula ora livremente, ora por coordenação do estado capitalista, organizador das bases de produção.

O objetivo da luta proletária internacional é a supressão da base de dominação moderna, que o socialismo científico reconhece como sagrada; da base econômica da sociedade de classes que transmite a herança da humanidade às mãos da sociedade cultivada dominante, permitindo-lhe legar, de geração em geração, unicamente a sua descendência,

a ela entregando-lhe a detenção de todos os conhecimentos humanos, de toda a cultura, quando milhões de outros homens se transformam em escravos hereditários, condenados ao trabalho físico forçado (MAKHAISKI, 1981, p. 92).

Os/as trabalhadores/as com objetivos revolucionários e práxis de alteração do processo de dominação intensificado pelo universo burguês não pode ser ingênuo quanto aos mecanismos de supressão das lutas operárias; mas ao mesmo tempo necessitam reunir os diversos grupos e suas necessidades específicas, particulares no enfrentamento da luta revolucionária.

Para Viana,

A unificação da esquerda revolucionária e dos movimentos sociais é outro fator fundamental para tornar este bloco revolucionário um movimento que tenha força não apenas para combater o reformismo [tese de mudança para simples acomodação do **status quo**], mas para sustentar um apoio real e poderoso a todos os confrontos particulares com a burguesia e o estado capitalista (VIANA, 2008, p. 52).

Há duas formas objetivas de organização, com desdobramentos, especificidades e posições teórico-políticas antagônicas, movidas pela contradição social. Uma organização operária e outra capitalista. Ambas as organizações articulam-se em coletivos e desenvolvem suas dinâmicas. Os proletários organizados movem-se na direção de cisão do sistema; já os capitalistas promovem uma articulação para integração do sistema.

Nesse texto, a ênfase é discutir como a expressão da luta coletiva

imprime força e temor aos redentores do capital. Não há possibilidade de ruptura concreto-real sem a atitude de sair do isolamento individual para tomar consciência com outros/as das seqüelas da alienação e coisificação do trabalho humano. “A tomada de consciência ocorre quando o trabalhador rompe o isolamento, cria uma forma coletiva de expressão” (TRAGTENBERG, 1989, p. 18).

A energia envolta na coletividade e sua luta por emancipação exigem um alto grau de rigor a título de não se abater com a organização do não-produtor, que querendo ou não consegue com seu poder político, financeiro e cultural, imprimir a “marca” da falsa consciência da realidade (MARX e ENGELS, 2002), nos hábitos mentais daqueles/as reais produtores e sustentadores do parasitismo da classe dominante.

O mercado mundial, criado pelo capitalismo já em sua época monopolista, integra o trabalhador e sua família, subordinando-os a esse mercado. O homem existe para o mercado, seja como produtor direto seja como consumidor. (...) Essa internacionalização das relações de produção capitalistas produz, conseqüentemente, a necessidade da organização operária a nível internacional (TRAGTENBERG, 2002, p. 18).

Ao desenvolver essa intencionalidade da prática teórico-política, em generalização das lutas do operariado em escala internacional, é imprescindível destacar à idéia da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), bastante conhecida nas esquerdas como a Internacional Comunista. Essa foi uma organização das lutas operárias a partir do século XIX, iniciada por Marx, os anarquistas, os blanquistas etc. na contingência do movimento real dos/as trabalhadores/as naquele contexto e a partir dele adentrando as

outras internacionais, a II e III, no século XIX e XX, respectivamente, e suas variações teórico-político em meio às esquerdas<sup>4</sup>.

Havia no interior da Internacional, fundada por uma razão de unificar as lutas sociais do proletariado, uma não hegemonia no sentido dos debates diferenciados em torno dos problemas do sistema, que inicialmente, segundo Guilherm e Bourdet (1976), fora um espaço primeiro de estudos e debates de educação da classe operária.

O pensamento socialista dentro da Internacional foi desde sua incipiência marcada por perspectivas teóricas distintas na compreensão a respeito da efetivação da autogestão social enquanto modo de ser e viver o comunismo.

Marxistas e proudhonianos (Tolain) entrariam em conflito no seio da Internacional, sobre problemas relativos à autogestão, no Congresso de Bruxelas (1868).

Curiosamente, a discussão não incidiu no problema essencial: o destino das empresas industriais socializadas – cada adversário pondo-se de acordo, Tolain sobre sua coletivização, Marx sobre a gestão pelos operários –, mas quanto à sorte da propriedade da terra. Os proudhonianos, a esse respeito, queriam deixar a terra aos pequenos camponeses; os “marxistas” conseguiram maioria com uma fórmula pelo menos “estatista”, invocando a necessidade social da “entrada do solo arável na propriedade coletiva do Estado (...) Mas a oposição Marx-Tolain não sobressaiu pelo voto de uma moção. A vitória de Marx foi determinada por dois acontecimentos que se produziram no seio da classe operária (GUILHERM e BOURDET, 1976, p. 33).

4 Cabe salientar as disputas dos grupos de esquerda ou pseudo-esquerdas (como enfatiza Nildo Viana em suas análises) e suas diferenças de manifestação e compreensão do marxismo, por exemplo, como é o caso da social-democracia alemã, do bolchevismo russo e suas seguintes filiações: leninismo, trotskismo e stalinismo, na experiência concreta do capitalismo de estado da chamada URSS.

Os acontecimentos, nos quais o texto de Guilherm e Bourdet (1976) dão ênfase, estão relacionados ao descrédito de Tolain junto aos trabalhadores franceses, segundo uma aproximação de sua prática e idéias com o reformismo; e já outro acontecimento, explicita-se os conflitos do anarquista Bakunin envolto aos trabalhadores de relógios na Suíça, além é claro, de sua não crítica efetiva ao problema fundamental naquele debate quanto às concepções de estado.

Hobsbawm (2000) em sua análise historiográfica sobre as revoluções de 1789 a 1848, quanto à percepção acerca do comunismo, caracteriza-o como “apenas” um espectro, temido pela burguesia e exorcizado pela mesma. Encontra na razão iluminista o sentido emancipatório da humanidade, de toda ela, independente da condição de classe social, de fato, corroborando em sua leitura da universalização da autonomia dos indivíduos, como se fosse possível sem travar uma luta no interior da própria sociedade já estratificada, mesmo ela tendo passado por momentos de mudança (e aqui não tenho intenção de chamá-los de processos revolucionários, como insiste o autor).

Não é propriamente correto chamarmos o iluminismo de uma ideologia da classe média, embora houvesse muitos iluministas – e foram eles politicamente decisivos – que assumiriam como verdadeira a proposição que a sociedade livre seria uma sociedade capitalista. Em teoria seu objetivo era libertar todos os seres humanos. Todas as ideologias humanistas, racionalistas e progressistas estão implícitas nele, e de fato surgiram dele. Embora na prática os líderes da emancipação exigida pelo iluminismo fossem provavelmente membros dos escalões médios da sociedade, embora os novos homens racionais o fossem por habilidade e mérito, e não por

nascimento, e embora a ordem social que surgiria de suas atividades tenha sido uma ordem capitalista e “burguesa” (...) É mais correto chamarmos o “iluminismo” de ideologia revolucionária (...) Pois o iluminismo implicava a abolição da ordem política e social vigente na maior parte da Europa (HOBSBAWM, 2000, p. 38).

Qual é o problema nessa análise do autor, considerado como um dos “representantes oficiais” do marxismo contemporâneo, sobretudo a partir da década de 1970? Nesse pensamento de Hobsbawm está impresso uma leitura problemática em termos do marxismo original, pois apresenta a ideologia do iluminismo como revolucionária, novamente aqui se observa sua leitura dissociada da luta de classes, como se os chamados extratos médios da sociedade quisessem de fato e propusessem uma ruptura com o capitalismo.

A historiografia de Hobsbawm e aquilo que chama de processos revolucionários está próxima de uma abordagem academicista do marxismo, perspectiva essa que se aproxima mais da institucionalização do marxismo em âmbito da evolução da própria ciência humana. Nessa crítica, Viana (2008) faz uma argumentação teórica a respeito do marxismo autêntico, original e do falso, pseudomarxismo em suas várias vertentes.

Todas as formas de pseudomarxismo acadêmico rompem com o caráter revolucionário e libertário do marxismo e, portanto, são expressões de ideologias burguesas ou de suas classes auxiliares, que nada acrescentam á luta operária, pelo contrário, são entraves na maioria dos casos, só tendo utilidade em questões pontuais ou ocasionais. Os representantes destas tendências são os degenerados do



pensamento de esquerda, expressando não os interesses da emancipação humana e sim os interesses da reprodução da miséria humana em benefício de uma minoria na qual eles se incluem ou querem se incluir (VIANA, 2008, p. 60).

Assim, como pudemos observar, o processo das lutas sociais autênticos e radicais quanto ao rompimento da lógica de dominação social, baseada numa moral meritocrática, somente é possível com a coletivização das lutas engajadas pelo proletariado, pois é essa perspectiva a única a produzir no conjunto das contradições sociais, elementos da existência dos indivíduos e da consciência dos mesmos em produzir uma nova condição materialista histórica (MARX e ENGELS, 2002), a autogestão social.

## referencial

GUILLERM, Alan & BOURDET, Yvon. **Autogestão: Mudança Radical**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções: Europa 789–1848**. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Centauro, 2002.

MARX, Karl. **A questão judaica**. 4 ed. São Paulo: Centauro, 2002.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MASSARI, Roberto. **Teorias de la Autogestion**. Madrid: Zero, 1977.

KORSCH, Karl. **Marxismo e filosofia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

TRAGTENBERG, M. (org.). **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo, **enfrentamento**. goiânia: ano 5, n. 9, jul./dez. 2010.

Brasiliense, 1981.

TRAGTENBERG, M. **Reflexões sobre o Socialismo**. 3 ed. São Paulo, Moderna, 1989.

VIANA, Nildo. **A consciência da História – Ensaio sobre o Materialismo Histórico-Dialético**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

\_\_\_\_\_. **Escritos metodológicos de Marx**. Goiânia: Alternativa, 2007.

\_\_\_\_\_. **O fim do marxismo e outros ensaios**. São Paulo: Giz Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. **Os valores na sociedade moderna**. Brasília: Thesaurus, 2007.

\_\_\_\_\_. **O que é o marxismo**. Rio de Janeiro: Elo Editora, 2008.

\_\_\_\_\_. **Manifesto autogestionário**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2008.

\_\_\_\_\_. **O que é o marxismo**. Rio de Janeiro: Elo Editora, 2008.

# O INÍCIO DE UM CICLO ASCENDENTE DE LUTAS E O MOVIMENTO DOS DESEMPREGADOS\*

roi ferreiro\*\*

\*

<http://usuarios.multimania.es/roiferreiro/teoria.htm>

## O “Santiagazo” e a ascensão geral das lutas de classes

Com o **Santiagazo** inicia-se a ascensão das lutas de massas que marcaram a década. Tratou-se de uma luta que chegou a estender-se desde a capital provincial até o interior da província e que derrubou o poder político capitalista, ou seja, de uma luta contra a democracia burguesa. As contínuas mobilizações e greves contra o esvaziamento da província tinham continuado nos dois anos anteriores, e a desilusão com os políticos burgueses acabou por explodir, tanto com a “situação” quanto com a oposição.

Na província de Jujuy, a política de reestruturação – privatizações, ingresso maciço do capital especulativo, endividamento externo, etc.

– conduziu ao colapso as dívidas públicas e criou uma crise política permanente (em 04 anos sucederam cinco governadores). As lutas dos trabalhadores estatais e municipais para cobrar seus salários, como em muitas outras partes, vinham ocorrendo desde 1990, e enfrentavam a repressão.

Entre abril e maio de 1995 ocorreu na Terra do Fogo uma dura greve metalúrgica contra a demissão e o fechamento das fábricas, exigindo a redução da jornada de trabalho para seis horas sem redução salarial e a abertura de um quarto turno para evitar as demissões. Foi durante essa greve que o primeiro trabalhador foi assassinado pelas forças repressivas da “democracia”.

Os levantes de massas e as contínuas lutas econômicas são o sinal que a situação social está evoluindo objetivamente em um sentido revolucionário. Trata-se também de um sinal o fato de que

\* Tradução de Lisandro Braga.

Notas explicativas de Lucas Maia. Texto extraído da obra La Lucha de Clases en Argentina – Entre La Revolucion Proletária y La Recuperación Burguesa.

Florianópolis: Editora barba ruiva, 2007 (p. 35-45). Esta obra de Roi Ferreiro é uma importante contribuição para compreensão das lutas ocorridas na Argentina em toda a década de 1990 e início dos anos 2000. O texto integral, em espanhol, pode ser encontrado na página pessoal de Roi Ferreiro: [http://usuarios.multimania.es/roiferreiro/RF\\_argentina.pdf](http://usuarios.multimania.es/roiferreiro/RF_argentina.pdf)

a classe trabalhadora se vê obrigada nas suas lutas a defender reivindicações imediatas que, inclusive, se são “tecnicamente” realizáveis, são, segundo se desenvolve a situação e se agravam as condições de existência do proletariado, cada vez mais e mais antagônicas com a acumulação capitalista, conduzindo a uma espiral ascendente de enfrentamentos e a transformação da luta econômica em luta política.

É importante ressaltar que de modo algum – como sustenta o Polo Obrero – vemos nestas lutas os antecedentes do movimento piquetero. Ao contrário, o movimento piquetero é somente a expressão mais radicalizada da ascensão da luta de classes, porém, por sua composição e principal método de luta (o bloqueio de estrada) não pode absorver ou incluir dentro de si mesmo todas as demais lutas operárias. Na realidade, o “partido dos piqueteros”, o Polo Obrero, somente mantém essas posições por interesses partidários: sua abordagem “piqueterista” implica uma visão tendenciosa na qual afirma que é a classe trabalhadora e sua luta quem não equilibra qualquer um dos erros e desvios do movimento (entre estes a própria relevância do Polo Obrero).

## O Fim do governo Menem

Nesse contexto de crescente conflito de classes, forma-se a aliança eleitoral dos 97 da União Cívica Radical com o Frepaso (Frente País Solidário), as duas forças principais da oposição burguesa, como mecanismo de desvio da luta de massas que levará, dois anos depois, De La Rúa<sup>1</sup> ao poder.

Como havíamos dito, ao final do governo Menem a recessão acaba por quebrar a aliança entre o capital estrangeiro e o capital nacional. Com a vitória de De La Rúa nas eleições de 1999, o governo pretendeu continuar com a mesma política antiproletária. Em março de 2001 o governo teve que recuar temporariamente seus

1 De La Rúa foi o presidente que sucedeu Carlos Menem após oito anos de estada deste no poder. De La Rúa renunciou dois anos depois com a radicalização das lutas dos desempregados e empregados na Argentina. Prova de que um é continuação do outro, é que o Ministro da Economia de ambos é a mesma pessoa: Cavallo.

planos por conta da oposição das massas, mas voltou à carga, de novo com Cavallo à frente. Solicitou novos empréstimos ao FMI e introduziu novos cortes, baixando em mais de 10% os salários públicos e as aposentadorias.

Em resposta a essas medidas, a classe trabalhadora realiza três greves gerais e várias greves setoriais durante o ano de 2000, em um clima que pode bem ser definido como de emergência geral da luta de classes. A ocorrência da auto-organização operária nesse ano superou claramente a dos anos 96-97 no governo de Menem.

Depois de cada greve geral sucede-se uma trégua sindical, correndo o risco de serem esmagados pela forte pressão das massas proletárias, os sindicatos se vêem obrigados a convocarem sucessivas assembléias. Enquanto isso, paralelamente aos operários desempregados, desenvolvem-se novos levantes.

a) A primeira greve geral de 05 de maio de 2000 é precedida por mobilizações contra a votação da reforma trabalhista (março – maio). Ocorre uma cisão na esquerda da Confederação Geral do Trabalho (sindicato peronista), base do setor de transportes e automotivos – esta última de grande concentração proletária. Novos levantes ocorreram nesse período em Tartagal e General Mosconi (Salta). Nesta última, a insurreição em massa expulsou a polícia e as autoridades da cidade, criando formas de poder populares controladas por assembléias.

b) A segunda greve geral, de 09 de junho, é seguida por várias greves parciais de trabalhadores públicos. Durante a trégua posterior persistem as greves em empresas e ramos regionais (transporte, pesca, açúcar, cerâmica). Há nessas lutas tendências que apontam para a superação da burocracia sindical, dotando-se de “novos dirigentes” e aplicando métodos de luta mais radicalizados.

c) A terceira greve geral, com duração de 36 horas, se desenvolveu entre os dias 23 e 24 de novembro, inaugurada pelas lutas dos trabalhadores desempregados e pela generalização de piquetes, nesse contexto de crise governamental tentaram aprovar a

reforma trabalhista a partir de uma rede de subornos. Novamente rompe-se a trégua sindical pela força e o desemprego atinge a maioria dos trabalhadores. Durante esse mês, o fechamento de estradas exigindo um plano de trabalho se estendeu cercando toda a capital. Em Tartagal ocorreu um segundo levante, dirigido por trabalhadores desempregados junto com os trabalhadores demitidos do setor de transportes; ocuparam as ruas de Salta e um deles, Anibal Verón, morre nas mãos da polícia. Este assassinato gera uma autêntica insurreição de massas que obrigará as autoridades a recorrerem novamente às forças da repressão. Delegacias foram invadidas e policiais foram feitos reféns.

## A necessidade da luta contra o desemprego

Há a existência de um exército de desempregados, de força de trabalho de reserva, essa é uma condição de funcionamento do capitalismo e não um problema gerado por ele. A derrubada do capitalismo torna-se possível quando este exército de reserva tende a crescer sem controle, porém isto não quer dizer, nem muito menos, que o desemprego massivo seja a chave de uma situação revolucionária. Pelo contrário, o desemprego massivo é uma condição necessária do processo de degradação da força de trabalho, da intensificação geral da exploração mediante o incremento da concorrência no mercado de trabalho. Com certeza, sem desemprego, sem competição entre a classe trabalhadora, a exploração e a extração de mais trabalho excedente do proletariado seriam impossíveis. Aliás, o desemprego é uma arma política e ideológica para minar a potência revolucionária do proletariado que assim se apropria do medo do desemprego e, sobretudo, da divisão entre empregados e desempregados. Estes últimos passam a constituir, em condições normais, o setor mais atomizado do proletariado.

Mas quando as condições sociais não se encontram em estado “normal”, quando a sociedade se encontra subitamente em estado de desintegração e destruição, quando o antagonismo de classes se torna insuportável, então o setor mais atomizado pode dar repentinamente um salto adiante e exceder, inclusive, o setor previamente considerado mais avançado do proletariado. E são especialmente os setores intermediários, os que combinam a consciência mais desenvolvida vinculada ao setor empregado e a necessidade mais imediata ligada à demissão (como os que, há pouco tempo, haviam sido demitidos das indústrias em grande quantidade), eram os que haviam de estar à frente do novo movimento de luta.

Que o desemprego massivo tende a crescer permanentemente é uma realidade que só pode ser explicada pelo avanço da tendência autodestruidora do capitalismo, pois isso significa que o próprio regime de exploração tornou-se incapaz de se auto-reproduzir e que não é capaz sequer de explorar a força de trabalho e dos meios necessários para a reprodução da subsistência da classe explorada. Seria um erro considerar, como fazem algumas correntes de esquerda, especialmente as derivadas do leninismo, que um “desemprego massivo e prolongado” é “uma expressão de seu esgotamento histórico e marca a abertura de um período de revolução social” (Luis Oviedo, Polo Obrero). Em primeiro lugar, porque o desemprego massivo não demora em tornar-se um incremento do emprego graças à aceitação forçosa de uma maior degradação geral da força de trabalho e da derrota das tentativas proletárias para evitar isso. Em segundo lugar, porque o desemprego não é algo economicamente separado do emprego, pelo contrário, ambos estão correlacionados pelo desenvolvimento da composição técnica do capital. O proletariado, todo ele, empregados e desempregados, constitui o capital variável, seja um capital variável em funcionamento ou em busca de empregar-se. Desse modo, o desemprego é uma variável a mais do capitalismo, sujeito ao ciclo econômico de acumulação de capital, e uma situação de

“desemprego massivo e prolongado” pode ser explicada tanto por uma crise temporária quanto por uma tendência à uma derrocada final.

As posições do Polo Obrero vêm a ser uma justificativa de sua identificação do “sujeito piqueteiro” como o sujeito revolucionário central. Naturalmente, a consideração do proletariado como capital variável exclui tal visão tendenciosa. E embora o Polo Obrero queira dar a entender que o movimento piqueteiro tem sido uma expressão unitária de classe, o certo é que ele tem sido, majoritariamente, um movimento de desempregados e, fundamentalmente, tem sido em sua origem a expressão dos interesses imediatos dos desempregados, não uma organização revolucionária ou que se pretenda ser.

Por outro lado, para o Polo Obrero: “Para acabar com o desemprego há que atuar contra a ‘lógica capitalista’, quer dizer, enfrentar as políticas patronais de redução dos salários, com medidas e métodos anticapitalistas”. Seu planejamento político vem seguido de sua análise econômica: se o desemprego massivo significa, em si mesmo, as crises do capitalismo – na qual é, em resumo, uma noção reformista das crises do capitalismo – portanto só pode ser resolvida pela via revolucionária. Porém, para o Polo Obrero, as “medidas e métodos anticapitalistas” não são parte de uma luta pelo desenvolvimento do poder revolucionário do proletariado, mas parte de um programa para forçar o capital a aceitar reformas “radicais”. Porque, segundo o raciocínio do Polo Obrero, o problema do desemprego crescente é o resultado das “crises” e não é inerente ao capitalismo como tal; seu programa se orienta a abordar, “a partir de um ponto de vista proletário”, as crises do capitalismo, não a derrubar o capitalismo e expor abertamente ao proletariado esta necessidade. Trata-se, na realidade, pois, de uma política de salvação do capitalismo, não de uma política de conquista revolucionária do poder.

Assim se explica que, para o Polo Obrero, o fundamental é a



diminuição do tempo de trabalho (sem redução salarial), a equivalência entre o seguro desemprego e o salário etc. Como é a crise do capitalismo o que ele deseja resolver e não sua supressão revolucionária, seu programa tem que ser fundamentalmente economicista e adaptado às aspirações do mercado no campo da política burguesa, seguindo o exemplo de Altamira. É por tudo isso que Oviedo pode afirmar que: “O ponto mais importante desse programa, sem dúvida, não era uma reivindicação dirigida ao poder político; era o chamado aos desempregados para se organizarem para impor ao poder político essas reivindicações pela luta”. O que vem a significar na prática: orientar a luta dos desempregados a objetivos economicistas, enquanto isso as questões políticas ficavam nas mãos do partido.

## O surgimento do movimento dos desempregados e os sindicatos

O movimento dos desempregados se desenvolveu, em princípio, independentemente dos sindicatos majoritários, que haviam deixado de lado este setor do proletariado.

Embora a CGT (Confederação Geral do Trabalho) chegasse a responsabilizar os imigrantes pelo desemprego, a CTA (Central dos Trabalhadores Argentinos) limitava-se a propor subvenções para as micro-empresas e a aceitar reduções salariais para reduzir as jornadas de trabalho, vendo na elevação dos lucros capitalistas a saída para o problema. Sem dúvida, o problema, como já discutimos, não é a existência do desemprego como tal. Os sindicatos tendem a abordar o problema do desemprego a partir de um ponto de vista inteiramente reformista, considerando-o como um problema individual ou setorial, ou em qualquer caso como um problema econômico geral, abstraindo as leis de funcionamento da acumulação capitalista. Porém, o desemprego está determinado pelo

desenvolvimento da acumulação capitalista e suas leis: o verdadeiro problema não é a existência de um desemprego excessivo, senão sua manutenção ou inclusive sua reprodução em uma escala ampliada. Diante disto, os sindicatos não têm respostas: sua função é negociar, senão, simplesmente, se aceitam ou não aceitam, se obedecem ou combatem.

Na medida em que os sindicatos se integram ao capitalismo e se convertem em uma extensão do poder do estado, devem defender forçosamente uma visão individualista e conjuntural do problema, ou bem manter posições demagógicas que, na aparência, questionam o capitalismo, porém, na prática, são somente justificativas para se manterem inertes. Não obstante, tudo isso não exclui que um sindicato trate de organizar os desempregados, pelo contrário. Se os desempregados formam a parte mais ativa de uma classe, então deve ser seu principal objetivo controlá-los. Esse é o caso da CTA, que tratou de levantar sua própria organização de desempregados absorvendo as demais organizações que haviam surgido inicialmente de forma autônoma. Dado que a relevância real da CTA entre o proletariado ocupado é relativamente limitada, esse sindicato adotou um rol tipicamente de esquerda apesar de sua visível integração com o poder capitalista, combinando o colaboracionismo com a aparente função de organizar as lutas dos proletários desempregados.

2 Principal empresa petrolífera da Argentina. Empregava milhares de operários. Ao ser privatizada durante o governo de Carlos Menem, na década de 1990, e com estabelecimento da política de austeridade, dezenas de milhares de operários foram colocado permanentemente no desemprego. A YPF foi adquirida pela espanhola Repsol.

## As primeiras comissões dos desempregados

Entre 1994 e 1995 apareceram em diversos bairros da capital da província de Neuquén as primeiras comissões ou coordenações de desempregados. A privatização da YPF<sup>2</sup>, a paralisia do setor de construção e a crise financeira haviam disparado as demissões. Nesse contexto, no final de 1994 se organizou em **Pueblo de Senillosa** o primeiro bloqueio de estrada, protagonizado pelos

trabalhadores da construção. Essa ação começou com uma assembléia popular e no seu desenvolvimento desencadeou uma greve geral local, antecipando os levantamentos proletários que ocorreriam nos anos seguintes (los “Cutralcazos”).

A partir de pequenos grupos de companheiros se convocavam assembléias mais amplas, que formavam comissões provisórias de desempregados. Discutiam-se os métodos da luta, que seriam principalmente os bloqueios de estradas, as “cozinhas populares” (concentrações) e as manifestações. Também surgiam sinais claros de uma consciência antiburocrática, implantando a revogabilidade do mandato das comissões. Eram os primeiros passos, meramente elementares, para uma compreensão crítica da experiência sindical, porém deixavam claro o espírito do movimento.

As primeiras mobilizações de desempregados na província se concentraram na luta por um subsídio de 500 pesos a todos os desempregados maiores de 16 anos, sem discriminação. A concessão pelo governo provincial de um subsídio restritivo foi, sem dúvida, convertida em uma forma encoberta de trabalho precarizado, impondo uma “contraprestação trabalhista” em troca do recebimento do subsídio<sup>3</sup>. A comissão institucional encarregada de gerir os subsídios, formada pelo governo, a Igreja, a CGT e a CTA, impôs esta contraprestação com o respaldo de algumas organizações de esquerda como o MAS (Movimento Ao Socialismo) e o MST (Movimento socialista dos trabalhadores).

O raciocínio da esquerda se baseava na “dignidade” do trabalho, porém poderia também se basear no conhecido argumento da separação da produção e a subsequente dispersão do proletariado. Em primeiro lugar, o trabalho assalariado não tem outra “dignidade” que a do conformismo alienado, que a identificação com o **status** de escravo assalariado. A consciência de classe não se baseia na “dignidade” que outorgaria o trabalho pelo fato de ser social, necessário ou materialmente produtivo, senão que se baseia no antagonismo da força de trabalho com o próprio trabalho, com sua

3 Os subsídios eram repasses de dinheiro que eram feitos aos desempregados. Tais subsídios eram geridos, em parte pelo próprio estado, pela igreja, por centrais sindicais e com a radicalização e consolidação das organizações piqueteiras, estas também passam a controlar em partes a redistribuição destes “salários” de miséria para manter a classe trabalhadora em situação de desemprego na miséria.

forma de atividade alienada que serve à produção de capital. O trabalho assalariado não é outra coisa que não o capital variável em sua forma de atividade subjetiva. Essa concepção de consciência de classe é própria do sindicalismo e do reformismo, porém não tem nada a ver com a consciência do proletariado como classe revolucionária, como **classe para si** e não como classe para o capital. De fato, a consciência de classe baseada na identidade com o trabalho assalariado não é outra coisa que não a consciência alienada da classe.

Em segundo lugar, a centralidade do proletariado como sujeito revolucionário não se fundamenta em sua unidade material como coletivo assalariado na produção, ou seja, no trabalho associado, mas sim em sua unidade econômica como força de trabalho cujas condições de existência estão subordinadas e oprimidas pelo sistema capitalista. O caráter coletivo do processo do trabalho, o duplo caráter produtivo do trabalho como criador de valor de uso e de troca simultaneamente, o nível da concentração operária e o desenvolvimento tecnológico que o modo de produção capitalista alcançou, são fatores de grande importância, inclusive papel chave em certos aspectos, para o desenvolvimento espontâneo da consciência de classe em um sentido revolucionário e para sua concretização em uma perspectiva comunista racional, porém, não são determinante do antagonismo de classes, no qual, como no próprio capital, as determinações materiais do processo de trabalho sobre as relações sociais se apresentam abstraídas de seu caráter material, na forma do valor e do enfrentamento mercantil. Por isso, o antagonismo de classe tem sua manifestação primária não no plano organizacional material da produção, mas sim no plano das relações salário/mais-valia, e neste sentido a relação entre taxa de desemprego e lucro é tão antagônica quanto primeira, da qual é somente uma forma derivada (pois o exército de reserva e o exército ativo são igualmente reproduzidos na base do mínimo de subsistência e das condições restantes da reprodução social da força de trabalho). A dispersão é um fator contraproducente, porém

não é determinante para a organização dos desempregados. Aliás, em um contexto de ascensão do movimento dos desempregados tais objeções aos subsídios não tem mais que um significado reacionário e burguês.

Com a contraprestação, o subsídio deixava de ser um limite à concorrência entre os trabalhadores e a transformava em um salário miserável que acorrentava o desempregado a um trabalho precário e sem direitos, dando ao mesmo tempo um grande salto à precarização e degradação geral do trabalho.

Contudo, esse subsídio não era uma concessão gratuita e o esforço para defender seu pagamento diante das constantes intenções governamentais de suprimi-lo ou de limitar ainda mais sua extensão (o mesmo que ocorreu com os “planos trabajar”) serviram para habituar os trabalhadores a ver nessas concessões a expressão de sua luta e assim fortalecer a idéia reformista de que o movimento dos desempregados podia assumir como programa próprio esta concessão capitalista.

A participação de membros dos partidos de esquerda no movimento dos desempregados e sua influência acentuaram essa dinâmica reformista. Isto foi reforçado pela crescente repressão na coordenação dos desempregados de Neuquén, com o claro objetivo de isolar a base e de criar um clima de terror para provocar a desmobilização. A CGT e a CTA atuaram como impulsos decisivos para a operação repressiva, apontando “os ativistas que não respeitam o estado de direitos” e solicitando que “se atuem contra eles de forma inflexível”. O sindicato docente provincial (ATEN) condenou também as lutas e sob pressão o PTP-PCR, o MST, o MAS, se livraram ou deixaram de participar da coordenação.

Porém, a coordenação conseguiu resistir à opressão, continuou mobilizando os desempregados e perseverou na luta.

## Os partidos de esquerda e o problema do desemprego

Por outro lado, a maioria das posições dos partidos de esquerda, como as do PTP-PCR, carecia de uma reivindicação imediata capaz de orientar as lutas dos desempregados. O Polo Obrero foi, dentre os partidos da extrema esquerda, o que teve maior capacidade utilitarista para atuar na situação de desemprego. Viu nos desempregados o sujeito mais avançado nas lutas e assumiu a necessidade de dar respostas às suas necessidades de organização.

Sem dúvida, isto não era, em 1995, nenhum favor para o proletariado. Esse já havia começado a criar suas comissões de desempregados, que seriam o embrião do movimento piqueteiro organizado, e já haviam produzido o **Santiagoñazo** e outras lutas.

Como de costume, vai sempre por detrás da iniciativa do movimento de massas, ou seja, da autonomia proletária.

Na realidade, as posições do Polo Obrero serviram para estimular a reorientação da extrema esquerda, que cada vez mais orientaria seus esforços em geral na recuperação do movimento dos desempregados, reduzindo-o a uma luta reformista estéril e dedicando-se plenamente à tarefa de destruir sua autonomia interna e sua independência do estado burguês. Assim, o PTP-PCR criaria sua **Corrente Classista e Combativa** e a CTA sua **Federação de Terra e Moradia**, que seriam as organizações mais marcadamente sindicalistas e colaboracionistas desde o começo.

Além disso, os projetos do Partido Trabalhista estão fartos da autonomia proletária. Seus objetivos de organização dos desempregados consistem na formação de “comitês contra a demissão”, não de um movimento auto-organizado. Mas, segundo o Polo Obrero são “as centrais sindicais quem tem a responsabilidade de convocar assembléias e congressos dos trabalhadores empregados e desempregados, para liderar uma luta comum”. Nesse momento, o objetivo do Polo Obrero era a “reconstrução das organizações trabalhistas”, que “só podem

planejar em estreito contato com as reivindicações urgentes dos trabalhadores e a luta para impô-las”. Isto é, na realidade, o Partido Trabalhista via inicialmente na luta dos desempregados um meio útil para a reconstrução dos sindicatos, e seu objetivo era conduzir o movimento para sua reintegração nos aparatos oficiais junto com a eventual troca dos seus altos dirigentes. O ponto de vista leninista sobre os movimentos autônomos de massas não é diferente: “reconduzi-los para a integração nas velhas organizações, com o objetivo de ‘transformá-las”, “revolucioná-las etc.”. Porém, na prática, isso só pode ocorrer limitando artificialmente – burocraticamente – o desenvolvimento das lutas e minando a iniciativa das massas, ou seja, submetendo o movimento ao velho hábito da espera submissa pelas receitas salvadoras, elaboradas pelos chamados “dirigentes”, pretensamente portadores do conhecimento.

Não obstante, o progresso posterior do Polo Obrero tem sua raiz no fato de que o Polo Obrero supôs entender que “não se trata, sem dúvida, somente de reconstruir os sindicatos, mas sim de desenvolver as organizações das massas, estendendo todas as formas de organizações que se deram no decorrer das lutas”. Por que: “Por mais embrionária que sejam, trata-se de formas de organização de conselhos operários, desde o momento em que em todo o curso da luta, (...) se converteram em um poder alternativo, substituindo nos momentos de crescimento da burocracia (...) no caso de generalizar-se e desenvolver-se, converteram-se, aliás, em uma referência para todo o movimento operário (...) frente ao poder do estado.

Percebe-se que para o Polo Obrero as organizações de massa não podiam apenas integrar-se nas estruturas sindicais, senão que teriam que conservar sua autonomia aparente e derivar em formas de poder operário. Como logo será visto, o que se tratava era que uma vez castrada a autonomia dos movimentos, utilizando a aparência dos mesmos, a independência formal do poder do estado, para converter a organização dos desempregados em uma

plataforma política do Polo Obrero. A criação do Pólo Trabalhista e sua prática colaboracionista foi a consequência lógica da teoria do “contra-poder” tal e como entende o Polo Obrero.

O incremento do Polo Obrero teria a seu favor as condições objetivas da intensificação das lutas de classes, porém, e, sobretudo, a debilidade da consciência de classe. Não se trata de uma organização reformista de massas que expressa o limite da consciência da massa, mas sim de uma organização criada e controlada por um partido político, que expressa assim os limites do programa e objetivos do Polo Obrero, que se impõem ao movimento de massa na debilidade de sua base. Dessa forma, o desenvolvimento da consciência de classe topa com um muro à sua frente, encontra-se com um poder que já está independente de sua vontade e que se opõe a seu próprio progresso subjetivo ao invés de possibilitar a existência de uma interação e interdependência espontânea e recíproca. As organizações como o Polo Obrero, a CGT, a CTA não são pois organizações autônomas desde suas perspectivas iniciais, mas sim organizações de caráter recuperador, cujo papel e desenvolvimento consiste em absorver o movimento de massas, destruir sua autonomia e conduzi-lo à integração no capitalismo. E no caso do Partido Trabalhista, sua fraseologia pseudo-revolucionária é o complemento perfeito de sua prática reformista.



# UMA NOTA SOBRE O MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO

*lucas maia\**

\* Geógrafo. Militante do  
Movimento Autogestionário. E-  
mail: [maiaslucas@yahoo.com.br](mailto:maiaslucas@yahoo.com.br)

Este texto é uma apresentação sumária da história, concepções teóricas e políticas do Movimento Autogestionário. Esta organização surgiu no final da década de 1980, na cidade de Goiânia – GO, a partir da articulação entre alguns estudantes do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás e alguns estudantes secundaristas. Inicialmente, se autodenominaram **Liga Spartacus**, sem entretanto se declararem publicamente como uma organização definida. Posteriormente, devido à influência que os autores comunistas conselhistas passam a exercer sobre alguns de seus integrantes, mudam o nome do Coletivo para **Movimento Conselhista**. Com o aprofundamento das concepções e debates internos ao grupo, decidiram mudar o nome da organização novamente, passando a se denominarem **Movimento Socialista Libertário - MSL**. Mas devido à proximidade da sigla com uma outra organização que existia em Goiânia na época, intitulada Movimento de Luta Socialista – MLS, os integrantes do então MSL decidiram mudar de nome novamente. Alegaram, para tanto, que a proximidade de nome com a referida organização causava confusões, visto as perspectivas políticas e teóricas serem antagônicas. Decidiu-se, após alguns debates, mudar o nome da organização, passando de MSL para **Movimento Autogestionário - Movaut**, atual nome da organização.

Durante as décadas de 1990 e 2000, o coletivo teve momentos de fortalecimento da organização, de aumento do número de atividades e outros, nos quais esteve bastante desmobilizado. Quando surge, final da década de 1980, o contexto histórico era pouco favorável a uma organização com as características do Movimento Autogestionário. Principalmente no meio no qual surge

inicialmente, ou seja, no seio do movimento estudantil, que naquela época, como ainda hoje, era completamente dominado por disputas partidárias e práticas institucionalizadas. Mesmo com estas dificuldades, o coletivo permanece e visa sempre articular-se a outras organizações e indivíduos que partem de perspectivas políticas semelhantes. Assim, a busca em articular-se com organizações anarquistas, autonomistas etc. foi sempre uma constante em sua prática política. Com o despontar de várias lutas sociais pelo mundo no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000 houve um revigoramento de concepções políticas que ficaram por várias décadas marginalizadas, como por exemplo, o anarquismo, conselhismo, luxemburguismo etc. Estas concepções políticas aliadas à emergência de lutas concretas com caráter mais libertário e de crítica às organizações tradicionais (partidos e sindicatos) levam um conjunto de indivíduos e coletivos a procurarem formas organizativas alternativas ao até então dominante. Neste contexto, o Movaut experimenta na segunda metade dos anos 2000 uma considerável consolidação de atividades, discussões, formas de divulgação de suas idéias, com livros, revistas, site na internet etc.

Deste modo, pode-se dizer que o Movimento Autogestionário é uma organização política que visa contribuir para o processo de luta do proletariado. Não pretende ser a vanguarda do proletariado, mas tão-somente sua expressão política e teórica. Ser expressão política e teórica implica que o Movaut irá, dentro de suas possibilidades, contribuir para o processo de autonomização da classe operária e demais grupos oprimidos no processo de luta. Contribuir para o processo de autonomização significa que o Movaut combate todas as tendências políticas e ideológicas que visam dirigir, controlar, burocratizar o movimento operário. Combate também todas as tendências reformistas e conservadoras existentes no seio do proletariado. Assim, o Movaut opõe-se ao bolchevismo e à social democracia, tanto no que se refere às suas organizações concretas, ou seja, o partido político, quanto suas expressões ideológicas:

leninismo, kautskismo etc..

Também o sindicalismo, como ideologia, e o sindicato, como organização são expressões conservadoras das relações sociais dominantes. Os sindicatos, embora tenham surgido como organizações de trabalhadores, com o desenvolvimento histórico do capitalismo, tornaram-se organizações enquadradas e reguladas pelo estado capitalista e incorporadas à lógica de reprodução do capitalismo. Os sindicatos são hoje organizações que devem ser combatidas pelo proletariado quando em luta revolucionária.

Estas “esquerdas” tradicionais estão integradas na sociedade burguesa e são mais um ponto de apoio para a dominação capitalista. Qual é, nesta situação, o papel do Movimento Autogestionário? Em seu Manifesto, pode-se encontrar a seguinte proposição:

Cabe ao Movimento Autogestionário buscar acelerar o processo revolucionário e criar as condições favoráveis para a vitória da classe operária quando explodir uma situação revolucionária. Deve-se, portanto, radicalizar e dar um caráter de classe às lutas políticas na sociedade e, ao mesmo tempo, criar no interior da sociedade capitalista núcleos de contra-poder que inaugurem uma nova correlação de forças que em uma situação revolucionária sirvam de ponto de apoio para a luta operária (Movaut)<sup>1</sup>.

1 Este Manifesto foi publicado em 1994. No geral, permanece ainda atual e expressando as concepções e práticas políticas do Movaut. Entretanto, de lá para cá, algumas teses foram aprofundadas e em uma ou outra proposição, este Manifesto está defasado em relação ao que o hoje o Movaut defende. Um novo Manifesto está em vias de preparação, no qual estas lacunas e defasagens serão suprimidas. O Manifesto pode ser encontrado no seguinte endereço: <http://movaut.ning.com/page/manif-esto-do-movimento><http://movaut.ning.com/page/manif-esto-do-movimento>

Além de incentivar a criação destes núcleos de contra-poder em escolas, universidades, locais de trabalho, moradia etc., o Movaut visa também a realização de uma luta cultural que tem como objetivo combater os sistemas ideológicos existentes, tanto os vindos diretamente da burguesia, quanto os das frações da burocracia (sindical e partidária) que dizem representar e ser a vanguarda do proletariado.

Não há espaço, neste texto, para expormos em pormenores nossa agenda política de luta. Destacamos tão-somente que o Movaut é uma organização política que visa contribuir para o processo de autonomização do proletariado e que este consiga, em conjunto com demais seguimentos explorados e submetidos desta sociedade, construir um bloco revolucionário com vistas à superação destas relações sociais. Nesta perspectiva, o conjunto de movimentos sociais: negro, de mulheres, ecológico, camponês, movimento sociais urbanos etc. devem, conjuntamente com o movimento operário, construir uma tendência revolucionária que seja capaz de colocar em xeque a existência das relações sociais dominantes. O Movaut quer contribuir com este processo. Assim, é necessário articular as estratégias específicas de cada movimento social com a estratégia global do movimento operário. Estes movimentos sociais devem, portanto, articular-se ao movimento operário e sua estratégia global e juntamente com as forças revolucionárias formar um bloco revolucionário.

O Movimento Autogestionário é um coletivo formado principalmente por militantes marxistas autogestionários e anarquistas revolucionários.

A partir do marxismo original de Marx e Engels, ou seja, do método e da teoria da história e da consciência desenvolvido principalmente por Marx, e de outras contribuições, tais como a de Rosa Luxemburgo, os autores ligados ao Comunismo de Conselhos, as contribuições de Ernst Bloch, o anarquismo revolucionário etc., o Movaut desenvolve sua teoria e sua prática política.

Os militantes do Movaut tem, em sua maioria, nos autores conselhistas: Herman Gorter, Paul Mattick, Anton Pannekoek, Otto Rühle, Canne-Meijer etc. seu principal eixo de interpretação das lutas operárias, mas tendo consciência que estes autores não são infalíveis, que suas concepções são historicamente datadas. Assim, não reproduzimos **ad eternum** as teses desenvolvidas por eles.

Visamos articular suas contribuições com o desenvolvimento subsequente da sociedade capitalista, buscando incorporar o movimento que o próprio capital desempenha ao longo da história

do capitalismo. Este ponto, ou seja, a dinâmica própria do desenvolvimento do capital, não foi extensamente abordada por estes autores, sendo uma outra tendência, o bordiguismo, a responsável por importantes contribuições nesta matéria. Assim, O Movaut coletiva e individualmente, do ponto de vista teórico, esforça-se em duas direções: a) apresentar uma leitura totalizante da dinâmica do capital e conseqüentemente da luta operária que se dá inevitavelmente como produto deste processo; b) como conseqüência desta análise, está também empenhado em apresentar uma análise do desenvolvimento capitalista com o intuito de compreender a lógica de emergência da luta revolucionária do proletariado.

Assim, com base nas contribuições de Marx, do anarquismo revolucionário, dos comunistas conselhistas, do bordiguismo, dentre outros autores e tendências, o Movaut, num processo de análise e leitura crítica, espera contribuir para uma teoria da Autogestão Social, que incorpora os elementos das concepções anteriores, bem como visa superá-las onde for necessário.

Disto não deriva que o Movaut eleja esta ou aquela concepção teórica como um dogma a partir do qual um indivíduo deva subscrever para entrar no coletivo. Para ser membro do Movaut basta unicamente que se concorde com seu Manifesto e que tenha vontade e coragem para a luta revolucionária. Assim, as principais contribuições dos revolucionários do passado nos são somente o ponto de partida por meio do qual realizamos nossa prática política e teórica. Ser anarquista, conselhista, autonomista, situacionista etc. não é uma condição, mas sim um resultado da prática política. Colocar esta ou aquela “doutrina” como condição é reproduzir o encastelamento das teorias, sua ossificação, enfim, seu congelamento. Nada mais contrário a uma perspectiva que seja consoante à luta pela autogestão social. A dinâmica do capitalismo nos compele a ser sempre abertos à leitura do mundo e isto nos conduz a estabelecermos critérios em termos de objetivos e não de “doutrinas”. O que importa é a luta de classes e sua dinâmica e

não o que um ou outro autor ou tendência político-teórica afirmou.

Entretanto, não são tão variadas assim as posições políticas e teóricas forjadas a partir da luta revolucionária. Há também aquelas que se colocam como expressão do proletariado, mas não o são em verdade. É por isto que o Movaut e seus militantes geralmente defendem determinadas correntes políticas e teóricas. Não somos adeptos dos dogmatismos, nem muito menos fazemos coro ao relativismo. Algumas concepções devem ser sumariamente combatidas, ao passo que outras devem ser analisadas criticamente incorporando-se parte e negando-se outras, e há ainda aquelas concepções que foram mais conseqüentes e por isto tem mais elementos para contribuir com a luta. Mesmo estas devem ser constantemente submetidas à crítica e à adequação ao desenvolvimento subsequente do capitalismo, ou melhor, devem ser atualizadas de acordo com este desenvolvimento.

Assim, as contribuições de Marx e Bakunin são fundamentais, da mesma forma que alguns elementos de Malatesta, Rosa Luxemburgo e os conselhistas. Mas são todas concepções datadas, produzidas em um dado momento histórico. Não é um procedimento adequado ficar reproduzindo estas concepções. Devemos isto sim aproveitar-lhes o melhor e utilizá-las o mais produtivamente para compreender e criticar a realidade contemporânea. Ao passo que outras concepções, tal como o bolchevismo e a socialdemocracia não são concepções que auxiliam o proletariado em seu processo de luta.

Pelo contrário, visam acomodá-lo, controlá-lo. Por mais que em seu interior exista um palavrório que diga o contrário, historicamente sua prática política e suas produções ideológicas demonstram claramente o que significaram para o movimento operário. Estas concepções, como já demonstraram vários autores, são na verdade a expressão ideológica da burocracia como classe social. É por isto que devem ser combatidas.

Assim, para além desta ou daquela teoria em específico, o que é fundamental é discutir o que é a autogestão social e quais são as

formas historicamente apresentadas pelas lutas revolucionárias para conquistá-la: a auto-organização ou autogestão das próprias lutas.

Autogestão é comumente entendida como sendo uma forma de administração de empresas na qual a participação dos trabalhadores é estendida um pouco mais. Ou então, é entendida como sendo uma forma de gestão de comunidades locais onde a participação dos envolvidos é garantida. O Movaut é crítico de todas estas concepções, visto serem deformadoras do conceito. Acrescentamos a palavra social ao termo autogestão para tentar solucionar um pouco desta problemática. Para nós, **autogestão social** é o processo de abolição da sociedade capitalista e de engendramento da sociedade comunista. Autogestão social é, portanto, a essência da sociedade comunista. Assim, não podemos falar em uma única empresa, uma única comunidade, uma única cidade etc. vivendo sob regime de autogestão enquanto o conjunto da sociedade é capitalista. É impossível haver ilhas de autogestão em meio a um mar capitalista. Assim, para nós, a autogestão social é a sociedade que sucederá o capitalismo como um produto positivo da luta revolucionária do proletariado e demais classes e camadas oprimidas da sociedade moderna.

Tal sociedade não será construída de uma hora para outra nem muito menos poderá ser feita de qualquer forma. A condição **sine quan non** para a edificação da sociedade autogerida é sem sombra de dúvidas a autogestão das lutas pelos próprios trabalhadores. Isto implica que o processo de autonomização do proletariado é condição indispensável para a destruição do capitalismo e engendramento da autogestão social. Autogestão das lutas pelos próprios trabalhadores significa que eles próprios as controlam através das instituições e organismos de decisão que eles próprios criam no processo de luta. Assim, os conselhos operários, os conselhos de bairro, as comunas etc. são formas de organização criadas pelos trabalhadores e controladas por eles. O processo de autogestão das lutas exclui a participação de instituições desta sociedade, tais como os partidos, os sindicatos, o estado etc.

Melhor dizendo, quando os trabalhadores em luta constroem eles próprios suas instituições, sempre o fazem, e a história da luta operária o demonstra, em oposição a estas instituições.

Há várias experiências de autogestão das lutas ao longo da história da sociedade capitalista. Umas com um nível de radicalidade tal que as condições para a criação da autogestão social foram colocadas claramente, outras com mais dificuldades, umas mais radicais, outras um pouco menos. De qualquer forma, o que é importante destacar, quando se analisa as lutas operárias ao longo da história, é demonstrar a possibilidade concreta de construção de uma nova sociedade. Autogestão Social não é uma construção ideal, que sai das idéias mirabolantes de reformadores sociais bem intencionados. Pelo contrário, é um processo social amplo, engendrado pelas próprias contradições da sociedade capitalista, que colocam os trabalhadores em associação e luta contra as condições que o oprimem cotidianamente.

Assim, desde a Comuna de Paris de 1871, primeira experiência de revolução proletária; as revoluções russas de 1905 e de 1917 (esta em sua primeira fase, ou seja, antes do partido bolchevique tomar o poder de estado); a revolução alemã de 1918 a 1921; as rebeliões na Hungria e na Itália em 1919; a guerra civil espanhola de 1936 a 1939; as lutas estudantis e operárias na França e Alemanha em 1968; as lutas autônomas na Itália nos primeiros anos da década de 1970; as lutas contra as burocracias “comunistas” na Hungria em 1956, em Praga em 1968 e a insurreição polonesa em 1980; mais recentemente as experiências na Argentina durante a década de 1990 e principalmente no ano de 2001 com o famoso **argentino**; as experiências mexicanas em Chiapas na década de 1990 e em Oaxaca no ano de 2007 etc.

Estas são somente algumas experiências que demonstraram concretamente como a classe trabalhadora, em associação contra o capital, constroem novas relações sociais, portanto, a possibilidade de engendrar uma nova sociedade, radicalmente distinta da existente.



Para concluir, quero destacar que esta nota visou apresentar tão somente uma agenda de pesquisa, que coloque em debate: a) história e trajetória do Movimento Autogestionário; b) concepções teóricas que norteiam a maneira como o coletivo interpreta e explica a realidade, ou seja, o materialismo histórico-dialético; c) concepção e projeto político do Movaut: auto-organização e autogestão social; e d) experiências concretas de luta desenvolvidas pela classe operária que apontaram, de uma ou outra maneira, para a autogestão social.

Por fim, compreender a história e concepções do Movaut é compreender a dinâmica de formação de grupos revolucionários, uma constante na história do capitalismo. O Movaut empreende um esforço coletivo e individual no sentido de divulgar, aprofundar as teses sobre autogestão social e a necessidade de auto-organização das classes e camadas oprimidas da sociedade como única forma de se conquistar a liberdade, ou melhor, de arrancá-la às classes dominantes.

## referencial

ARVON, Henri. **La autogestion**. México D. F.: Fundo de Cultura Econômica, 1982.

AUTHIER, Denis. Para a história do movimento comunista na Alemanha de 1918 1921. In: \_\_\_\_\_ (org.). **A esquerda alemã (1918-1921)**. Porto: Afrontamento, 1975.

BARROT, Jean & MARTIN, François. **Eclipse e re-emergência do movimento comunista**. Disponível em: <http://geocities.com/autonomia.abvr> , acesso em 10/05/2006.

BLOCH, Ernst. **O princípio Esperança**. V. 1. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. Uerj, 2005.

- BORDIGA, Amadeo. A constituinte?. In: TRAGTEMBERG, Maurício. **Marxismo heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 177-180
- \_\_\_\_\_. Réplica a Lênin sobre o problema do abstencionismo, no segundo congresso mundial. In: TRAGTEMBERG, Maurício. **Marxismo heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 197-198
- BOURRINET, Philippe. **La izquierda comunista de Itália (1919-1999): historia de la corriente "bordiguista"**. Disponível em: <http://www.left-dis.nl> , acesso em 15/11/2007.
- BRINTON, Maurice. **Os Bolcheviques e o Controle Operário**. Porto: Afrontamento, 1975.
- BROUÉ, Pierre. **A primavera dos povos começa em Praga**. São Paulo: Kairós, 1979.
- COSTA, Caio Túlio. **O que é o anarquismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FERREIRO, Roi. **La Lucha de Clases en Argentina: Entre la Revolución Proletária y la Recuperación Burguesa**. Florianópolis: Barba Ruiva, 2007.
- KORSCH, Karl. **Marxismo e filosofia**. Porto: Afrontamento, 1977.
- LENIN, Vladimir Ilich. Que fazer? **As questões palpitantes do nosso movimento**. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MAIA, Lucas. **Comunismo de conselhos e a autogestão social**. Pará de Minas: VirtualBooks, 2010.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Expressão do Livro, s/d.

- \_\_\_\_\_. **Para a Crítica da Economia Política.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO. Editorial: Tempo de Ruptura Proletária. **Revista Ruptura.** Goiânia. Ano 08, n. 07. Ago., 2001.
- PANNEKOEK, Anton. **A Revolução dos Trabalhadores.** Florianópolis, Barba Ruiva, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Los consejos obreros.** Madrid: Zero, 1977.
- SCHUTRUMPF, Jorn. **Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- TRAGTENBERG, Maurício. **Reflexões Sobre o Socialismo.** São Paulo: Moderna, 1986.
- WOODCOCK, George. História das idéias e movimentos anarquistas. **A Idéia.** V. 1 Porto Alegre: L&PM, 2002.
- VIANA, Nildo. Bordiguismo, conselhismo e nós. **Revista Ruptura,** Goiânia, ano 8, nº 07, p. 32-41, ago. 2001.
- \_\_\_\_\_. **O capitalismo na era da acumulação integral.** Aparecida-SP. Idéias & Letras, 2009.

# **DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO**

## **PARTIDO OU CLASSE?\*** *movimento conselhistas\*\**

\*\* Nome anterior do Movimento Autogestionário.

A época em que vivemos está marcada por um conjunto de transformações e por diversas tentativas de explicação das mesmas.

As transformações do capitalismo mundial (formação de blocos econômicos, rearticulação da divisão internacional do trabalho, crise do capitalismo de estado da Rússia e Leste Europeu, etc.) e as mudanças ideológicas decorrentes daí, que têm como principal aspecto a ofensiva ideológica da burguesia com suas ideologias do fim e da crise (crise do marxismo, fim da história, crise do socialismo, fim do imperialismo, fim da luta de classes, etc.) colocam para a teoria revolucionária novas tarefas.

A principal tarefa hoje para a teoria revolucionária é reavaliar a si mesma para dar conta de responder às questões do mundo contemporâneo. Entretanto, as respostas de algumas correntes e pensadores que se consideram de esquerda nos parecem um retrocesso, pois alguns julgam encontrar tais respostas através de uma revisão completa da teoria revolucionária, inclusive nos seus fundamentos ontológicos, enquanto que outros buscam “responder” a tais questões com o discurso velho e surrado do início do século (seja o social-democrata seja o bolchevista), reciclando-o apenas superficialmente, e se fecham para os erros do passado e as mudanças do presente. Não pretendemos responder a todas as questões hoje colocadas, mas tão-somente contribuir ao debate sobre a questão da relação partido e classe no interior do movimento socialista.

O marxismo revolucionário elaborou uma concepção materialista da história que tem seu fundamento na seguinte afirmação: a história das sociedades tem sido, até hoje, a história das lutas de classes.

\* Este texto foi produzido para o Encontro Regional da Frente Revolucionária em Goiânia, que preparava o debate para o Encontro Nacional, realizado em São Paulo, e que desembocou na formação do PSTU, apesar da posição contrária e minoritária do Movimento Conselhistas, hoje Movimento Autogestionário, o que comprova as teses aqui expostas, que abandonou tal Frente logo após o referido Encontro. Aliás, o PSTU acabou sendo hegemônico pelos trostkistas e se tornou uma organização burocrática contra-revolucionária e que hoje é combatida pelo Movimento Autogestionário, tal como apontado no presente texto como sendo uma necessidade do movimento operário e revolucionário.

Este é o princípio ontológico fundamental do materialismo histórico-dialético na busca da compreensão das sociedades humanas. A luta entre escravo e senhor de escravo, entre servo e senhor feudal, operário e capitalista, entre outras formas de luta de classes é o que leva à transformação das sociedades humanas.

O marxismo revolucionário também afirmou: “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. Este é o elemento fundamental da teoria da revolução proletária. A sociedade socialista existe dentro da sociedade capitalista como potencialidade expressa na classe social portadora de novas relações sociais que ela engendra ao realizar seu ser, o proletariado. Portanto, o comunismo só pode existir a partir da ação revolucionária do proletariado.

A história das sociedades é movida pela luta de classes e as classes que são antagônicas e realizam uma luta constante na sociedade capitalista são a burguesia, a classe conservadora, e o proletariado, a classe revolucionária. Com o advento do bolchevismo, colocou-se um novo personagem com direito a ser sujeito histórico da revolução comunista: o partido político. É este que devia dirigir e fornecer a consciência socialista à classe operária. A classe, jogada a si mesma, chegaria no máximo ao reformismo. O partido substitui a classe como sujeito revolucionário e o grande ideólogo do substitucionismo é Lênin. Se o sujeito revolucionário é o partido, então torna-se necessário um centralismo para criar uma unidade de ação. A disciplina e a centralização são essenciais para a organização – o sujeito revolucionário – ter eficácia prática.

101

Já naquela época surgiram críticos de tal posição. O “jovem Trótski” dizia: “na política interna do partido, estes métodos conduzem (...) a organização do partido a substituir o partido; o comitê central a substituir a organização; e, enfim, um ditador único a substituir o comitê central” (TRÓTSKI, Leon. **Nos Taches Politiques**). Esta profecia do “profeta armado” se realizou na

figura do ditador Stálin, precedido por Lênin. Mas se o “jovem Trótski” percebeu o substitucionismo organizativo não conseguiu perceber com a mesma clareza o substitucionismo ideológico que o justificava: a ideologia da vanguarda.

Rosa Luxemburgo também combateu as teses leninistas: "o movimento socialista é, na história, o primeiro que se baseia sobre a organização e a ação direta e autônoma das massas... o único ‘sujeito’ ao qual corresponde, hoje em dia, o papel de dirigente é o ‘eu’ coletivo da ‘classe operária’" (LUXEMBURGO, Rosa.

#### **Questões de Organização da Social-Democracia Russa).**

E qual era o ponto de vista de Lênin? O “jovem Trótski” já dizia que a concepção de Lênin “não é senão um atentado teórico contra o caráter de classe de nosso partido, atentado não menos perigoso que o reformismo” e denunciava o perigo representado por “todos aqueles que atendem menos a lógica histórica do movimento de classe que a lógica burocrática de seus planos organizativos”. Aqui vemos claramente o seguinte: o ponto de vista de Lênin não é o mesmo que o do proletariado e sim o da burocracia.

A ênfase colocada no partido em detrimento da classe significa o abandono do marxismo revolucionário e do ponto de vista do proletariado. Significa, simultaneamente, a adoção de um outro ponto de vista. Um dos conceitos fundamentais do materialismo histórico-dialético é o de alienação. Marx disse: “graças ao trabalho alienado, por conseguinte, o homem não só produz sua relação com o objeto e o processo de produção, como homens estranhos e hostis; também produz a relação de outros homens com a produção e o produto dele, e a relação entre ele próprio e os demais homens. Tal como cria sua própria produção como uma perversão, uma punição, e o seu próprio produto como uma perda, como um produto que não lhe pertence, assim também cria a dominação do não-produtor sobre a produção e os produtos desta. Ao alienar sua própria atividade, ele outorga ao estranho uma atividade que não é dele” (MARX, Karl. **Manuscritos de Paris**).

A partir disto podemos compreender porque a tese de Marx retomada por Rosa Luxemburgo é fundamental: a emancipação da classe operária é obra da própria classe operária. Se a classe perde o controle da atividade revolucionária, outorgando a outros este papel, ela não só perderá o produto de sua atividade como criará aqueles que o usurparão. Lênin elaborou a tese que justificava a alienação coletiva da classe operária do seu produto: o comunismo. A revolução russa e a consolidação do capitalismo de estado na URSS também instaurou a dominação do não-produtor sobre o produtor. Quem foram os não-produtores que assumiram o domínio sobre o proletariado na URSS? A burocracia. O ponto de vista de Lênin é, portanto, o ponto de vista da burocracia.

O marxismo revolucionário não aprofundou suficientemente a sua teoria da burocracia. Alguns apontamentos do “jovem Trótski” e Rosa Luxemburgo, as análises dos comunistas conselhistas (Pannekoek, Gorter, Mattick, Korsch, Rühle, etc.); a tese da “burocratização do mundo” de Bruno Rizzi; as teses de Castoriadis, quando se dizia marxista, sobre a “sociedade burocrática” e a obra fundamental de Robert Michels e João Bernardo é parte do que se produziu de melhor no marxismo sobre a questão da burocracia (é claro que alguns nomes foram omitidos, inclusive o de Marx).

Reavaliando essas contribuições de acordo com os princípios do materialismo histórico-dialético chegamos à seguinte conclusão: o marxismo é, como dizia Ernst Bloch, uma “ciência da tendência” e em uma sociedade existem diversas tendências no seu interior que podem se realizar. Em um modo de produção existem potencialmente (e às vezes, empiricamente, só que de forma subordinada) diversos modos de produção. Estes modos de produção potenciais só se concretizam graças a ação humana de grupos sociais que são seus portadores. O proletariado, por exemplo, é a classe social portadora das relações de produção comunistas. Entretanto, essa não é a única possibilidade histórica de superação do capitalismo, pois existem outras classes sociais portadoras de outras relações sociais no seu interior.



A burocracia é uma dessas classes sociais. Ela, por não ser uma classe social fundamental do modo de produção capitalista, encontra-se subordinada à burguesia. Ela não se encontra entre as classes exploradas, mas sim entre as classes auxiliares da burguesia por ter seus rendimentos doados por esta que os extrai da exploração realizada sobre as classes produtoras. Apesar de ser uma classe subordinada, ela pode buscar se autonomizar e criar uma sociedade à sua imagem.

A burocracia por não ser uma classe produtora não pode implantar a sua dominação a partir da produção, mas somente a partir do estado e das organizações burocráticas. A contra-revolução burocrática na Rússia aconteceu quando o partido bolchevique assumiu o poder estatal. Entretanto, a burocracia não conseguiu abolir as relações de produção capitalistas, devido sua ligação superficial com a produção, e não fundou o modo de produção que lhe correspondia – o modo de produção burocrático – mas conseguiu apenas implantar um capitalismo de estado se metamorfoseando em burguesia de estado. A formação de um modo de produção burocrático só pode ocorrer com a abolição da lei do valor e isto pode acontecer por duas vias: a generalização do capitalismo de estado em escala mundial ou a evolução do capitalismo privado com um nível elevado de desenvolvimento tecnológico e de automatização que torne a força de trabalho um elemento secundário na produção de valor, o que tornaria, em ambos os casos, possível a abolição da lei do valor pela burocracia dirigente.

Portanto, o partido político, auto-intitulado “revolucionário”, “comunista”, “socialista”, “operário” etc. não é nem pode ser uma organização revolucionária. A classe operária é o embrião da sociedade comunista e a burocracia, em todas as suas formas de manifestação (partido, estado, organização) é o embrião do capitalismo de estado ou do modo de produção burocrático. Os militantes revolucionários devem ser expressão política do movimento operário. Mas quando se destaca da classe e se autonomiza, cria

uma relação de alienação. Neste caso, a expressão passa a ser outra coisa: alienação.

Isso só pode ser explicado através de outro princípio fundamental do materialismo histórico-dialético: “não é a consciência que determina a vida, mas, ao contrário, é a vida que determina a consciência”. Os militantes revolucionários não estão livres das várias formas de alienação da sociedade burguesa e da pressão da ideologia dominante, pois eles estão envolvidos pelo conjunto das relações sociais capitalistas. O partido político leva ao culto da autoridade, à ideologia do dirigente, ao estrategismo que logo desemboca em oportunismo, carreirismo etc. O militante partidário vê as lutas políticas na sociedade do ponto de vista de seu partido político e não da classe revolucionária. Por conseguinte, o militante partidário não é um militante revolucionário.

O partido não é “ferramenta” e nem “instrumento” da classe, pois isto pressupõe que ele seja “vazio”, sem interesses próprios e uma lógica de funcionamento própria. O partido, uma vez existindo, passa a ter vida própria e por isso não é instrumento e nem ferramenta da classe operária, mas é expressão dos interesses daqueles que lhe dão vida: a burocracia partidária. Esta tenta controlar e dirigir o conjunto dos militantes partidários que formam a sua “base”. A direção é uma casta burocrática que, devido seu “modo de vida burocrático”, observa as lutas políticas, elabora sua estratégia e atua sobre as massas de acordo com a lógica burocrática dos seus planos. A base, por estar envolvida mais diretamente nas lutas das massas, acaba muitas vezes se opondo à política oficial do partido e, em muitos casos, formam tendências mais à esquerda no seu interior. Essas tendências, uma vez formadas, logo reproduzem a divisão entre direção e base e isto ocorre com mais intensidade quanto maior se torna a tendência. A burocracia partidária se utiliza disto para realizar a cooptação das lideranças e assim integrar essas tendências de novo na política do partido. Em resumo: a burocracia é sempre conservadora e, conseqüentemente, deve ser sempre combatida. Basta olharmos o

“exemplo petista” para notarmos que tudo isso é a realidade dos partidos políticos “ditos” de esquerda e o oportunismo do PCdoB deixa claro que isto também ocorre em partidos de vanguarda.

Retiramos dessas considerações a seguinte conclusão: os militantes revolucionários devem ser expressão política do movimento operário e não de partidos políticos. Para ser expressão política do proletariado deve partir do ponto de vista desta classe e não do partido ou corrente política para analisar a realidade e elaborar a estratégia de atuação, ou seja, não se deve colocar a ênfase na luta de frações dentro do partido ou nas lutas partidárias e sim na luta de classes. Mas isto não depende apenas da “vontade” dos militantes, pois eles estão condicionados pelas suas condições de vida e pelas condições existentes no seu local de atuação política.

Por isso, torna-se necessário combater todas as formas de burocracia e superar a idéia de formação de um partido político, no sentido tradicional do termo.

A organização revolucionária não deve ser uma organização propriamente dita. Isto porque ela deve abolir a burocracia. Nenhuma organização burocrática pode ser revolucionária no sentido proletário. Os partidos políticos visam a conquista do poder estatal, seja pela via eleitoral, no caso dos reformistas, seja pela via insurrecional, no caso dos bolchevistas. A classe operária e os militantes que são sua expressão política, busca a destruição do estado em geral e sua substituição pela associação revolucionária dos produtores, ou seja, pela autogestão.

A partir disto chegamos à conclusão de que a frente revolucionária corre o risco de cumprir um papel histórico oposto ao que se propõe caso se organize na forma de um partido político tradicional (de massas ou de vanguarda). Por isto, propomos que a frente se organize como uma “associação de movimentos revolucionários” sem centralismo “democrático” e sem o “espírito estéril do vigia noturno” (Rosa Luxemburgo). Se lembrarmos que a frente revolucionária não é o sujeito histórico da revolução e sim o

proletariado, veremos que a mais ampla liberdade, o envolvimento nas lutas de massas pelos militantes, a disputa ética e democrática no que se refere à estratégia política, são o suficiente para colaborar com a luta revolucionária do proletariado e isto sem as deformações burocráticas.

Revista eletrônica de circulação livre.